

RELATÓRIO & CONTAS

2025



wemob

mobilidade de almada, E.M. S.A.

. mobilidade . transportes . estacionamento

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Relatório de Gestão | 03 |
| INTRODUÇÃO | 04 |
| COMPOSIÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS | 08 |
| ATIVIDADE DA EMPRESA | 09 |
| 1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA | 09 |
| 2. FLEXIBUS | 10 |
| 3. PARQUES DE ESTACIONAMENTO | 11 |
| 4. APOIOS DE PRAIA | 15 |
| 5. AÇÃO FISCALIZADORA DA WeMob | 16 |
| 6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA | 20 |
| GASTOS | 22 |
| INVESTIMENTO | 25 |
| RECURSOS HUMANOS | 26 |
| FACTOS RELEVANTES | 30 |
| EVENTOS SUBSEQUENTES | 31 |
| PERSPETIVAS PARA 2026 | 31 |
| PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 31 |
| INFORMAÇÃO ADICIONAL | 32 |
| NOTAS FINAIS | 32 |
| ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO | 34 |
| Demonstrações Financeiras | 37 |
| BALANÇO INDIVIDUAL | 38 |
| DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA | 39 |
| DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA | 40 |
| DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 41 |
| ANEXO | 42 |
| Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único | 62 |

RELATÓRIO & CONTAS 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 42.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, e do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho de Administração, submeter à apreciação da Câmara Municipal de Almada, no exercício dos poderes tutelares desta, previstos na alínea d) do artigo 24º dos Estatutos, os documentos descritos no número 2, do artigo 33.º dos Estatutos da WeMob E.M., S.A., tais como o Relatório de Gestão, o anexo ao Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e os anexos, bem como, a Certificação Legal de Contas e o Parecer do Fiscal Único, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Um ano volvido da implementação do Regulamento de Estacionamento, é possível concluir que, embora não resolvendo todos os problemas inerentes à limitação do espaço para demasiados carros, a verdade é que contribuiu para atenuar as dificuldades sentidas, sobretudo, por quem vive e/ou trabalha em Almada, na medida em que dinamizou o estacionamento à superfície, por via da transformação das, anteriormente, designadas Zonas de Residentes em Zonas mistas de Estacionamento Tarifado, permitindo, aos residentes, o estacionamento gratuito, em duas destas Zonas mistas de Estacionamento Tarifado. O alargamento do estacionamento tarifado a novas zonas, permitiu um melhor ordenamento dos lugares de estacionamento e uma redução do estacionamento abusivo e, por isso, lesivo das condições de mobilidade.

Em 2025, em janeiro, a WeMob prosseguiu com a implementação **Regulamento de Estacionamento** (3ª fase de expansão do Regulamento) ajustando a oferta à procura de estacionamento, nas diferentes zonas, em Almada e na Costa de Caparica, promovendo a rotatividade nas zonas onde a procura por lugares de estacionamento é superior à oferta, aumentando a oferta de estacionamento pela conversão das, anteriormente, designadas como zonas de residentes em zonas tarifadas mistas, possibilitando aos residentes o estacionamento, não numa zona, mas em duas zonas, na proximidade da morada fiscal, alargando a fiscalização a zonas, não anteriormente fiscalizadas, e onde a mobilidade, em geral, e a fruição pedonal, em particular, não estavam garantidas.

Destacam-se, em 2025, **ações da WeMob**, em articulação com o Município, com impacto na melhoria das condições de mobilidade e no número de lugares de estacionamento disponíveis:

- a WeMob **prosseguiu com a implementação do Regulamento de Estacionamento**, regulando e fiscalizando o estacionamento em zonas não abrangidas pelo anterior Regulamento melhorando, assim, as condições de mobilidade nessas zonas;
- através da celebração de um Contrato Programa, o Município cedeu, à WeMob, a exploração do **Parque de Estacionamento Comandante António Feio** disponibilizando mais 110 lugares de estacionamento;
- como forma de incentivo à utilização de transportes públicos, em detrimento do transporte individual e no âmbito de um protocolo celebrado entre o Município de Almada, a WeMob e a TML, a WeMob investiu num sistema de integração do **passo Navegante no Parque da Paz**, permitindo o estacionamento gratuito a quem, sendo residente no concelho de Almada, é portador deste passo;
- a WeMob investiu na requalificação do **Parque da Quinta da Matosa**, dotando o espaço das condições necessárias para o depósito de guarda de veículos que, ao apresentarem sinais de abandono, são removidos da via pública

Em 2025, a WeMob, prosseguiu com o seu objetivo de, em diferentes vertentes, melhorar o serviço prestado:

Vertente de melhoria no Serviço Público:

- a continuação da implementação do Regulamento de Estacionamento como instrumento para melhor ajustar a oferta à procura de estacionamento, nas diferentes zonas, em Almada e na Costa de Caparica, promovendo a rotatividade nas zonas onde a procura por lugares de estacionamento é superior à oferta, aumentando a oferta de estacionamento pela conversão das, anteriormente, designadas como zonas de residentes em zonas tarifadas mistas, possibilitando aos residentes o estacionamento em duas zonas, alargamento da fiscalização a zonas, não anteriormente fiscalizadas, e onde a mobilidade, em geral, e a fruição pedonal, em particular, não estavam garantidas;
- as ações de sensibilização para a importância do correto estacionamento, através da distribuição

de *flyers* aos munícipes, sobretudo, nas zonas que passaram a ser fiscalizadas, no âmbito do atual Regulamento de Estacionamento, como sendo as freguesias do Feijó e Laranjeiro e o Centro Sul (Cova da Piedade);

- o apoio da WeMob, através da presença da fiscalização em diversos eventos, com o objetivo de melhor organizar/ordenar o estacionamento: Meia Maratona; Feira de Produtos Regionais que teve lugar na Praça S. João Batista; comemorações do 25 de abril e do 1º de maio; comemorações do dia da criança – “Kinder Joy of Moving”; “Concerto para a Cidade”, na Academia Almadense; “Almada em Festa 2025”; “Almada Portas Abertas”; Marchas Populares e divulgação, através da distribuição de *flyers* do projeto Passe Navegante no Parque da Paz e da abertura do parque de estacionamento Comandante António Feio, entre outros;
- a presença, à semelhança de em anos anteriores, da WeMob, a partir de 1 de junho, no posto de atendimento, na Costa de Caparica permitindo uma maior proximidade aos utentes e contribuindo para um melhor esclarecimento de dúvidas, a obtenção de informações, os pedidos de dísticos e o pagamento de taxas ou coimas, entre outros, no local;
- o habitual reforço da equipa de Agentes de Estacionamento, de acordo com o previsto em Plano de Atividades e Orçamento 2025, permitindo a atuação da fiscalização, não só em Almada, como também, na Costa de Caparica, num período em que a afluência às praias da Costa de Caparica é mais elevada, sobretudo, a partir de junho, comparativamente com os restantes meses do ano, com impacto positivo nas condições de mobilidade;
- a presença da equipa da fiscalização na Estrada Florestal e na Fonte da Telha contribuindo, dentro do possível e com as condições existentes, para uma melhor ordenação do estacionamento impedindo, sobretudo, situações de estacionamento abusivo que impossibilitassem a circulação, nomeadamente, de veículos de emergência. Refira-se que, este foi o primeiro ano em que a WeMob teve, no terreno, uma equipa de fiscalização, diariamente, tendo conseguido, dentro das muitas limitações, ainda assim, contribuir para um melhor ordenamento do estacionamento com o objetivo de permitir o acesso, nomeadamente, e quando necessário, de veículos de emergência aos locais;
- a inauguração do Parque de Estacionamento Comandante António Feio, em Cacilhas, em junho, disponibilizando um total de 110 lugares, 24 horas por dia, e oferecendo, ainda, uma redução no valor das avenças noturnas, para residentes na zona. A localização do parque, próximo da rua pedonal Cândido dos Reis, em Cacilhas, permite reduzir, de forma significativa, o estacionamento abusivo e impeditivo da fruição pedonal, naquela zona, sobretudo, aos fins de semana;
- o Protocolo celebrado entre a TML, o Município e a WeMob, ao incentivar à utilização de transportes públicos, disponíveis no Centro Sul, contribui para uma redução do número de veículos no centro da cidade. Recorde-se que, para além desta solução, o parque mantém as três primeiras horas de estacionamento gratuitas, como forma de desincentivar o estacionamento abusivo e de, ao mesmo tempo, incentivar à utilização, por exemplo, do MTS, em detrimento do transporte individual, para deslocações ao centro da cidade;
- a continuidade do Serviço de Mobilidade Inclusiva *Flexibus*, mantendo as rotas de Pêra e da Caparica, possibilitando o acesso das populações a diversos equipamentos, nomeadamente, sociais;
- a continuidade da gestão e do controlo de acessos, através de um sistema de leitura de matrículas, das ruas pedonais e de acesso condicionado – Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas, e Rua dos Pescadores, na Costa de Caparica melhorando, substancialmente, a fruição pedonal daquelas ruas;
- a continuidade do trabalho desenvolvido na área dos Veículos em Fim de Vida e que, em muito, tem contribuído para a diminuição de veículos abandonados na via pública e assim, para a libertação de lugares de estacionamento.

Vertente de melhoria no Atendimento ao Público:

- à semelhança de, nos últimos anos, o envio de SMS aos residentes alertando para a necessidade de procederem à renovação do Dístico de Residente;
- a continuação do sistema Dístico na Hora, no balcão de atendimento WeMob ou, em alternativa, a emissão do Dístico Online, evitando que os residentes se tenham de deslocar à WeMob;
- a manutenção dos inquéritos de satisfação aos utilizadores dos parques de estacionamento subterrâneo

e do Serviço de Mobilidade Inclusiva *Flexibus*, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço tendo por base as apreciações construtivas que têm sido rececionadas;

- a manutenção do serviço de segurança, no posto de atendimento, em Cacilhas, com impacto positivo na diminuição de situações de conflito, nomeadamente, no momento da entrega das viaturas;
- a melhoria do posto de atendimento, em Cacilhas, através da ampliação da sala de espera, que se vinha a revelar de pequenas dimensões para acomodar o número de utentes que, diariamente, se deslocam ao posto de atendimento, muito por força da ampliação das áreas fiscalizadas.

Em 2025, o número de atendimentos totalizou 20.370 dos quais, cerca de, 54% (10.965) relacionados com Dísticos. No ano, em análise, emitiram-se, em Almada e na Costa, um total de 11.793 dísticos, com maior incidência sobre os dísticos de Residente (10.669), seguidos dos Verde Particular (470), Acesso Especial Particular (197), Profissional Mensal (164), Acesso Especial Profissional (104), Profissional Anual (95) e Verde Profissional (94).

Vertente Gestão do Litoral:

Em 2025, dando seguimento às tarefas executadas em anos anteriores, nesta vertente, prosseguiu-se com:

- a vigilância sobre as ocupações dominiais no Domínio Público Marítimo (DPM) numa zona de intervenção que abrange 14 km de frente de praia, onde estão inseridos cerca de 70 apoios de praia, 70 escolas de desportos deslizantes, assim como estruturas para armazenamento de equipamentos de desporto, entre outros;
- a gestão dos apoios de praia urbanos;
- o acompanhamento do contencioso que resultou da caducidade dos contratos dos apoios de praia urbanos;
- a gestão das concessões fora da zona urbana;
- a preparação, em articulação com a CMA e APA do processo de atribuição dos galardões da Bandeira Azul e Praia Acessível;
- a emissão de licenciamentos dos armazéns de apoio à prática desportiva;
- a preparação da época balnear de 2025, em articulação com a CMA e Autoridade Marítima;
- a preparação de todo o procedimento para licenciamento das zonas de apoio balnear (ZAB's).

Vertente de Segurança ao Público:

Em 2025, à semelhança de nos últimos anos, as condições de segurança dos utilizadores dos parques e dos trabalhadores, continuaram a ser uma das prioridades da empresa. Destacam-se:

- a renovação dos sistemas de videovigilância dos parques de estacionamento que servem as praias do Rei e da Rainha;
- a aquisição de câmaras de sistema de videovigilância CCTV para o Parque de Estacionamento Comandante António Feio;
- a reparação do elevador do Parque de Estacionamento Comandante António Feio e em concreto a substituição do controlador do operador de portas da cabina do elevador;
- a contratação de serviços de assistência técnica a equipamentos de segurança contra incêndios e correção de anomalias identificadas, para o Parque de Estacionamento Comandante António Feio;
- o novo procedimento de contratação pública para aquisição de serviços de manutenção completa de elevadores, englobando todos os parques de estacionamento;
- a contratação de serviços especializados para reposição das condições de segurança do Apoio de Praia 5.

Vertente de modernização da empresa ao nível digital, da sustentabilidade ambiental e da melhoria das instalações:

Em 2025, deram-se mais passos num caminho já longo e difícil que se prende com a modernização da empresa, no que se refere ao digital:

- a continuação do processo de transição digital da WeMob e, em concreto, da integração de softwares simplificando procedimentos e promovendo a implementação de um sistema de controlo de gestão eficaz;
- a manutenção da realização de reuniões periódicas com o fornecedor do software das contraordenações com o intuito de se prosseguir com desenvolvimentos e atualizações que permitam melhorar, de forma significativa, o desempenho do referido software, e em concreto, dar resposta às exigências do atual Regulamento de Estacionamento, em concreto, no semestre em análise, o módulo de dísticos;
- a aquisição de um sistema de faturação MSS integrado com o ERP Primavera, permitindo uma transição eficiente para um modelo automatizado de faturação e gestão financeira;
- a realização de ações de formação no espaço criado, para o efeito, nas instalações da Romeira;
- a cedência, por parte do Município, dos balneários localizados no Parque de Santo António (Costa de Caparica) e do espaço para refeições, no mesmo local, partilhado com os trabalhadores da CMA, dos Espaços Verdes, de junho a setembro, em alternativa ao CMIA.

De referir, ainda, internamente e, no que se refere à política de Recursos Humanos:

- a aposta na melhoria das condições de trabalho e na formação dos trabalhadores;
- a realização de melhorias nas instalações da Rua Cândido Capilé cedidas, temporariamente, pela CMA, para acomodar parte da fiscalização tendo em atenção que as instalações da Rua Sociedade Filarmónica se revelaram insuficientes para a totalidade da equipa;
- a reorganização dos serviços administrativos de Cacilhas: instalação de trabalhadores num novo espaço centralizando todos os serviços de BackOffice e a instalação do centro de comando dos parques de estacionamento num espaço mais amplo, dotando-se de uma forma geral de melhores condições de trabalho;
- a progressão de trabalhadores, em resultado do Sistema de Carreiras e de Avaliação de Desempenho, pela primeira vez, em 20 anos de empresa;
- o aumento dos salários nos vários patamares salariais e também o aumento do subsídio de alimentação;
- o reforço do mapa de pessoal, em resultado de necessidades providas da implementação do Regulamento de Estacionamento, em concreto, do alargamento das zonas a fiscalizar, da emissão de novos dísticos e de um aumento da procura, por esclarecimentos, por exemplo, tanto no atendimento presencial, como no apoio telefónico e digital ao utente.

Refira-se, ainda, a continuação do trabalho iniciado, em 2024, e desenvolvido pelo Gabinete de Auditoria Interna relativo à elaboração de um Manual de Procedimentos e de Controlo Interno, a ser concluído até ao final do primeiro semestre de 2026.

No que se refere aos **Contratos Programa** celebrados com o Município:

- a assinatura, a 20 de fevereiro, do Contrato Programa, entre o Município e a WeMob, sob proposta da Câmara Municipal de Almada, em reunião realizada no dia 03/02/2025 e aprovado em sede de reunião de Assembleia Municipal de 14/02/2025, relativo à cedência de utilização, gestão e exploração, à empresa municipal, do **Parque de Estacionamento Comandante António Feio**, localizado na proximidade da rua pedonal Cândido dos Reis em Cacilhas, não sendo atribuído qualquer subsídio à exploração e tendo como contrapartida a emissão, a favor do Município, de 130 cartões pré-comprados permitindo o estacionamento nos eixos correspondentes aos tarifários Vermelho, Amarelo e Verde;
- o **Contrato Programa 2025**, entre o Município e a WeMob, a 17 de junho, após aprovação pela Assembleia Municipal de Almada na sua reunião de 6 de junho de 2025, sob proposta da Câmara Municipal de Almada aprovada em reunião de Câmara de 2 de junho de 2025, atribuindo um Subsídio

à Exploração a cada uma das áreas de atividade, que compõem o documento, e cujas “ receitas anualmente geradas são inferiores aos custos anuais, pelo facto de se adotarem políticas condicionadas por fatores de ordem social que não permitem que o desenvolvimento da atividade da WeMob seja, meramente, determinado por uma lógica de pura racionalidade económica”, ou que sejam deficitárias “por não lhes estar associada qualquer tipo de receita”.

Em 2025, sobretudo, em resultado das alterações trazidas pelo Regulamento de Estacionamento, foi necessário ajustar o documento, face ao anterior (2024), à nova realidade. Assim, e por comparação com o Contrato Programa 2024:

- excluiu-se a área da Gestão e Fiscalização do Estacionamento;
- incluiu-se a **Gestão e Controlo dos Acessos (Pilaretos)** às ruas pedonais, Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas e Rua dos Pescadores, na Costa de Caparica, atribuindo-lhe um montante de Subsídio à Exploração de 20.000 euros;
- incluiu-se o **Parque de Estacionamento do Parque da Paz**, com um valor de Subsídio à Exploração de 40.000 euros;
- mantiveram-se os **Parques de Estacionamento Subterrâneo** e o **Parque de Estacionamento Afonso Henriques**, ajustando o montante de Subsídio à Exploração, 145.000 euros (+4.000 euros, face ao CP 2024) ao défice previsto;
- ajustamento dos montantes de Subsídio à Exploração aos défices de exploração previstos para o **Serviço de Mobilidade Inclusiva Flexibus**, 120.000 euros (+58.000 euros, face ao CP 2024) e para os **Veículos em Fim de Vida**, 155.000 euros (+55.000 euros, face ao CP 2024),

totalizando 480.000 euros.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais mantiveram a sua estrutura:

Assembleia Geral

É composta por um representante do sócio único

Francisca Luís Baptista Parreira

Conselho de Administração

Presidente

Diogo Carrasqueiras Pereira

Vogais

Filipe Alexandre Pardal Pacheco

Margarida Maria Matos Coelho

Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda.

Representada por Miguel Nolasco Palma

ATIVIDADE DA EMPRESA

1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

À semelhança de em anos anteriores, em 2025, a WeMob continuou a desenvolver todos os esforços para retirar, da via pública, os veículos com sinais de abandono pelos efeitos nefastos que importam para o ambiente, por um lado, e por outro lado, pela necessidade de se libertarem lugares de estacionamento.

Para além da morosidade de alguns processos, nomeadamente, dos relativos a veículos removidos com penhoras, a principal dificuldade, nesta área de atividade tem sido, ao longo dos anos, a limitação de espaço para depósito e guarda desta natureza de veículos. O Parque da Quinta da Matosa, na Sobreira, inaugurado no dia 7 de julho, ao permitir o aumento dos lugares para depósito e guarda, destes veículos, possibilitou um maior número de remoções da via pública. De facto, a afetação, deste parque, à atividade dos Veículos em Fim de Vida, permitiu, a partir de julho, atenuar a principal dificuldade sentida, reorganizarem-se os diferentes espaços e potenciar o número de remoções desta natureza de veículos.

O processo de retirada, desta natureza de veículos, da via pública, por obedecer a prazos legais, é executado por etapas.

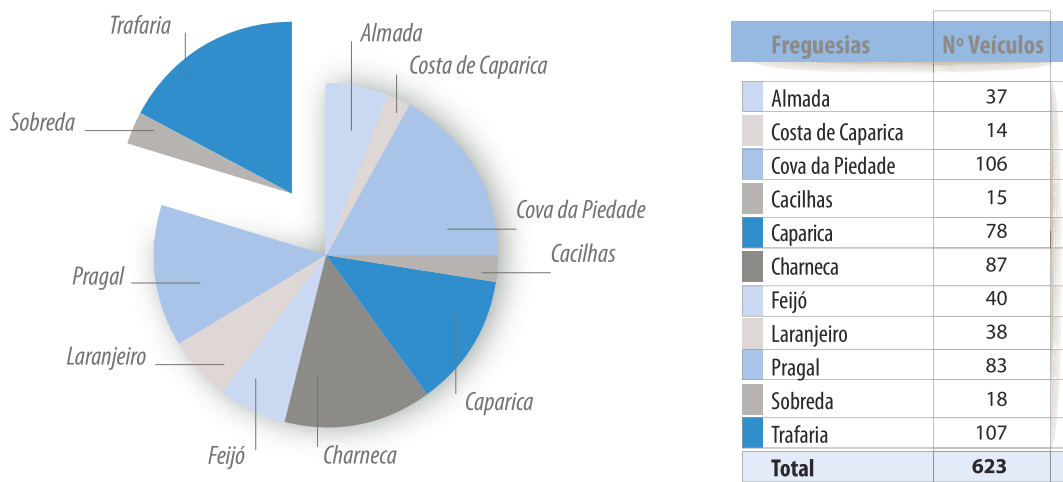
Assim, em 2025, foram detetados (**fase da deteção**), na via pública, 1.449 veículos com sinais de abandono (mais 336, por comparação a 2024). Decorridos 30 dias (**prazo legal**), foram confirmados (**fase da confirmação**) 1.007 veículos. As equipas removeram 623 veículos (mais 55, por comparação a 2024), ou seja, cerca de, 62% do número de veículos confirmados. Dos restantes, a quase totalidade dos mesmos, aquando da deslocação ao local, já após a confirmação, não se encontravam no local. Dos 623 veículos removidos, 419 (em linha com 2024) foram vendidos para abate a entidades credenciadas para o efeito.

Reforçando a importância desta área de atividade para o meio ambiente, o trabalho desenvolvido em 2025 resultou numa economia de 666,63 toneladas de CO2 na atmosfera (considerando **1000 kg** por veículo abatido como unidade, total de **399,18** toneladas de sucata abatida). Em 2024, essa economia foi de 679,50 toneladas. Isto equivale à compensação de créditos de carbono equivalente a 75 campos de futebol cheios de faias em produção de oxigénio. Além disso, esta redução traduziu-se numa economia de **26.430,50** euros em custos climáticos e ambientais, comparado aos 27.159,44 euros de poupança em 2024.

Em 2025, como em anos anteriores, foram cedidos, para exercícios práticos de simulacro/desencarceramento, 32 veículos aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, 17 veículos aos Bombeiros Voluntários de Almada, 6 veículos aos Bombeiros Voluntários da Trafaria, 5 veículos para a Proteção Civil, 2 veículos para o HGO, totalizando 64.

O gráfico abaixo ilustra a distribuição dos veículos removidos, por freguesia:

VFV's - Veículos Removidos por Freguesias



Em 2025, o rendimento proveniente da venda de veículos, para abate, a entidades credenciadas para o efeito situou-se nos 104.249 euros, traduzindo um desvio orçamental negativo de 20.751 euros e situando a taxa de

execução orçamental nos 83%. O desvio, face ao orçamentado, resultou, por um lado, de constrangimentos, no decurso do ano, com a empresa credenciada para o abate de viaturas, nomeadamente, a avaria do reboque e os atrasos no envio das pesagens, por parte da mesma e, por outro lado, da orçamentação dos valores, aquando da elaboração do Orçamento 2025, que assentou no pressuposto de que o parque da Sobreda se encontraria em funcionamento, logo, no início do ano, o que teria significado um aumento, considerável, de lugares para depósito de VFV, após a remoção e, portanto, um rendimento superior. A execução demorada dos trabalhos de preparação e requalificação do parque, como sendo o atraso na instalação do ramal elétrico e da respetiva certificação energética, levou ao adiamento da abertura do parque que, acabou por acontecer a 7 de julho.

Face a igual período de 2024, registou-se um decréscimo de 12.318 euros (-11%) no rendimento obtido nesta área de atividade justificado, em boa parte, pela variação do valor da tonelada de aço.

O défice, desta área de atividade, situou-se nos 252.817 euros cobertos, em 155.000 euros, pelo montante de Subsídio à Exploração fixado, em sede de no CP 2025.

O referido défice resultou do balanço entre rendimentos totalizando 105.080 euros e um volume total de gastos de 357.897 euros distribuídos, por natureza de gastos, da seguinte forma: Fornecimentos e Serviços Externos: 122.241 euros (34%); Gastos com Pessoal: 228.081 euros (64%); Amortizações e Depreciações: 7.150 euros (2%) e Outros Gastos: 447 euros (0%).

2. FLEXIBUS

O **Serviço de Mobilidade Inclusiva *Flexibus*** como projeto de **cariz social**, manteve-se, em 2025, essencial no contributo que tem dado às populações que dele se socorrem, as quais, pela escassez ou de transporte públicos nas suas áreas de residência, ou ausência de soluções com reforçada mobilidade inclusiva, se viam condicionadas, ou mesmo impossibilitadas, de se deslocarem, nomeadamente para o acesso a equipamentos de utilidade pública e social, como centros de saúde, associações de apoio social, interfaces de transportes (comboio, metro, autocarro e barco), equipamentos municipais, entre outros.

Em 2025, mantiveram-se as duas rotas: *Flexibus Pêra* e *Flexibus Caparica*. Em 2025, o serviço *Flexibus* percorreu 46.142 kms e transportou 20.427 pessoas, distribuídas pelas duas rotas da seguinte forma: 15.907 pessoas recorreram ao serviço *Flexibus Pêra* e 4.520 utilizaram o *Flexibus Caparica*. A Rota de Pêra garantiu, em média, a ocupação de 65% dos lugares disponíveis. Na Rota *Flexibus Caparica*, a ocupação dos lugares disponíveis situou-se nos 26%.

Importa referir que este é um **serviço** que se mantém **gratuito**.

Ao longo do ano, deu-se continuidade à realização de inquéritos de satisfação aos utilizadores dos parques de estacionamento subterrâneo e do Serviço de Mobilidade Inclusiva *Flexibus*, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço tendo por base as apreciações construtivas que têm sido rececionadas.

Em 2025, realizaram-se 92 inquéritos de satisfação.

Das respostas dadas relativamente ao ponto habitual de entrada no *Flexibus*, concluiu-se que 22% entram no miniautocarro em Pêra e outros 22%, no Funchalinho, e 16% no Porto Brandão. Dos restantes, 8% são utilizadores do *Flexibus*, a partir da Trafaria e outros 8%, da Estação de Comboios Fertagus, 6% a partir do Pragal, 6% a partir do Monte de Caparica, 6% a partir da Caparica, 5% a partir do Centro de Saúde do Monte da Caparica e 1% a partir da Cova do Vapor.

Quanto ao ponto habitual de saída, concluem-se que 25% dos utilizadores saem no Monte de Caparica e 24% no Pragal. Dos restantes, 10% saem na Costa de Caparica, 9% no Centro de Saúde do Monte da Caparica, 8% em Pêra e outros 8% na Estação de Comboios Fertagus, 6% no Funchalinho, 4% na Cova do Vapor e outros 4% no Porto Brandão e 2% na Trafaria.

No que diz respeito à frequência com que utilizam o serviço *Flexibus*, das respostas obtidas concluiu-se que 42% dos entrevistados recorrem a este serviço, diariamente. O *Flexibus* é utilizado, entre 1 a 2 vezes por semana, por 21% dos utilizadores inquiridos e outros 21% fazem uso deste transporte esporadicamente. Por último, 16% fazem uso deste transporte entre 3 a 4 vezes por semana.

À pergunta – “Há quanto tempo utiliza o nosso autocarro?”, 37% utiliza o *Flexibus* há menos de 1 ano, 27% recorre a este serviço há mais de 4 anos, 17% há 3 ou 4 anos, 10% há 1 ou 2 anos e 9% há 2 ou 3 anos.

Relativamente ao Grau de Satisfação com o Serviço (Indicador de Qualidade), foi definida, em sede de Contrato Programa, a seguinte grelha, tendo por base uma pontuação de 0 a 10:

- < a 5, considera-se que o serviço não vai de encontro às expectativas dos utilizadores e que, por conseguinte, é classificado como insatisfatório;
- \geq a 5 e < a 6, considera-se que o serviço corresponde, de um modo geral, ao esperado pelos utilizadores sendo classificado como razoável;
- \geq a 6 e < 8, considera-se que o serviço corresponde, globalmente, às expectativas dos utilizadores e, por isso, é classificado como bom;
- \geq 8, considera-se que o serviço corresponde, na totalidade, às expectativas dos utilizadores e, por isso, é classificado como muito bom.

A avaliação incidiu sobre:

- o serviço prestado pelos motoristas – com uma pontuação média de 9,5 e, portanto, ‘muito bom’.

Por último, foram solicitados contributos para melhoria do serviço prestado pela WeMob, através do serviço *Flexibus*. Avaliando as sugestões dadas pelos utilizadores do *Flexibus*, conclui-se que, sobretudo, são “Mais autocarros”.

O défice, desta área de atividade, situou-se nos 147.833 euros cobertos, em 120.000 euros, pelo montante de Subsídio à Exploração fixado, em sede de no CP 2025.

Relembrando que se trata de um serviço, totalmente, gratuito, o volume de gastos distribuiu-se da seguinte forma: Fornecimentos e Serviços Externos: 20.426 euros (14%), Gastos com Pessoal: 105.953 euros (72%), Amortizações e Depreciações: 19.443 euros (13%) e outros gastos: 2.011 euros (1%).

3. PARQUES DE ESTACIONAMENTO

3.1 Parques de Estacionamento Subterrâneo

Os **cinco parques de estacionamento subterrâneo** (Bento Gonçalves, Capitão Leitão, Conde Ferreira, Luísa Sigeia e Laranjeiro) mantiveram, no período em análise, a tendência de crescimento da procura dos últimos anos, com impacto positivo na receita que proveio, tanto da venda de avenças, como de lugares rotativos.

A conversão das zonas de residentes em Zonas mistas tarifadas, não resultou numa diminuição da procura por lugares de estacionamento, nestes parques. Apesar de a transformação introduzida pelo Regulamento de Estacionamento ter contribuído para a disponibilização de um maior número de lugares de estacionamento à superfície, de facto, o número de lugares de estacionamento à superfície, continua a ser insuficiente para o número de viaturas que entram, diariamente, em Almada. Por outro lado, nos últimos anos, a WeMob tem investido em melhorias nas condições de acesso a estes parques, através, por exemplo, de sistema de leitura de matrículas, na limpeza e em sistemas adequados de videovigilância que contribuíram, certamente, para um aumento da procura, numa primeira fase, e depois para uma fidelização por parte de quem se habituou a utilizar estes equipamentos que dispõem, a par de tudo o resto, de um tarifário acessível.

A 31 de dezembro de 2025, as avenças encontravam-se esgotadas em todos os parques de estacionamento subterrâneo.

Em 2025, no conjunto dos 5 parques de estacionamento, venderam-se 9.071 avenças. A preferência, em todos os parques, continuou a incidir sobre as avenças de 24 horas representando, esta modalidade de avenças, 78% (7.062) do total de avenças vendidas. Os parques Conde Ferreira, Luís Sigeia e Laranjeiro foram os que registaram uma maior procura, por esta natureza de avenças, representando, respetivamente, 30%, 24% e 23% do total de avenças de 24 horas vendidas. No que diz respeito aos rotativos, em 2025, venderam-se 58.262 títulos de estacionamento, no conjunto dos cinco parques. Nesta modalidade de estacionamento, os parques Capitão Leitão e Bento Gonçalves foram os que apresentaram maior procura, por lugares rotativos, representando, 43% e 41% do total de títulos vendidos.



Em 2025, a WeMob deu continuidade aos inquéritos de satisfação, junto dos utilizadores (avencados) destes equipamentos com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço prestado tendo, por base, os resultados destes inquéritos.

Em resumo, questionados acerca do **estado geral dos parques**, a média das respostas obtidas foi de 7,47 ('bom'), o que significa, de acordo com pontuação definida em sede de Contrato Programa, que o serviço corresponde, globalmente às expectativas dos utilizadores; sobre a **rapidez na renovação da avença**, a média foi de 7,97 ('bom') o que significa, de igual modo, que os utentes estão satisfeitos e sobre o **binómio qualidade/preço**, a média situou-se nos 6,89 ('bom').

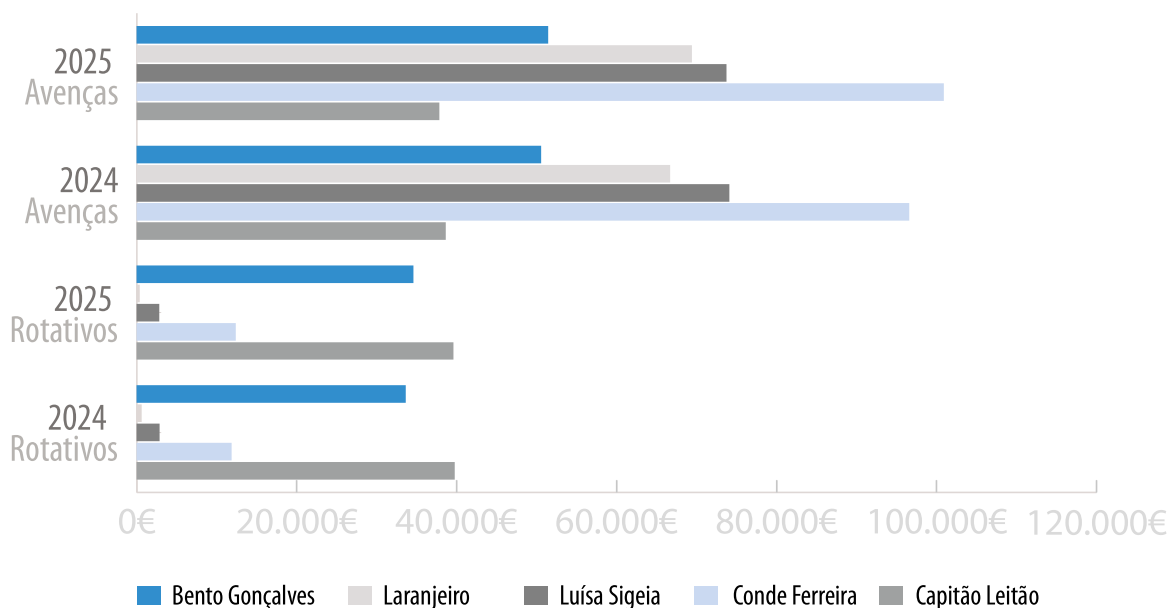
Em 2025, o rendimento **proveniente do estacionamento**, nestes parques, situou-se nos 422.820 euros, superior ao orçamentado em 10.342 euros, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 103%. A venda de avenças (333.206 euros) contribuiu com 79% para o rendimento total, obtido com a venda de lugares de estacionamento, e os lugares rotativos (89.614 euros), com 21%. Os rendimentos obtidos fixaram as taxas de execução orçamental nos 103% e nos 101%, respetivamente, traduzindo desvios orçamentais positivos em 9.819 euros e em 523 euros.

Os rendimentos obtidos com a venda de avenças nos parques Conde Ferreira (100.891 euros), Luísa Sigeia (73.699 euros) e Laranjeiro (69.386 euros) representaram 30%, 22% e 21%, respetivamente, do rendimento global da venda de avenças (333.206 euros). Os parques Bento Gonçalves (51.421 euros) e Capitão Leitão (37.809 euros) contribuíram para o mesmo total com 15% e 12%, respetivamente.

Inversamente, no que se refere ao rendimento registado com a venda de lugares rotativos (89.614 euros), os parques Capitão Leitão e Bento Gonçalves foram os que mais contribuíram para o rendimento global obtido com a venda desta modalidade de títulos de estacionamento: Capitão Leitão, com 39.558 euros, representando 44% do total e Bento Gonçalves, com 34.579 euros, contribuindo com 39%, para o mesmo total. O parque Conde Ferreira (12.356 euros) representou 14% daquele total e os parques Luísa Sigeia (2.782 euros) e Laranjeiro (339 euros), pela proximidade de outros parques, gratuitos, à superfície, contribuíram, apenas, com 3% e 0.4 %, respetivamente, para o rendimento obtido, em 2025, com a venda de lugares rotativos.

A fraca procura, por lugares de estacionamento rotativo nos parques de estacionamento Luísa Sigeia e Laranjeiro justifica-se pela existência de espaços gratuitos de estacionamento na proximidade destes equipamentos.

Por comparação a 2024, a variação nos rendimentos situou-se nos 2% (+6.710 euros), na venda de avenças e em 1% (+986 euros), na venda de lugares rotativos.



| | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 |
|-----------------|----------|-----------|-----------|-----------|
| | Avenças | Avenças | Rotativos | Rotativos |
| Bento Gonçalves | 50.523 € | 51.421 € | 33.632 € | 34.579 € |
| Laranjeiro | 66.681 € | 69.386 € | 583 € | 339 € |
| Luísa Sigeia | 74.096 € | 73.699 € | 2.823 € | 2.782 € |
| Conde Ferreira | 96.566 € | 100.891 € | 11.855 € | 12.355 € |
| Capitão Leitão | 38.630 € | 37.809 € | 39.735 € | 39.557 € |

Tratando-se de uma área de atividade contida no Contrato Programa 2025, no que se refere aos indicadores económico-financeiros, definidos no mesmo contrato, na alínea b), do número 9, da cláusula 4ª, que definiam como objetivo “garantir o aumento anual de 2% nos rendimentos provenientes da venda de lugares rotativos os mesmos foram superados, na medida em que o rendimento proveniente da venda de lugares rotativos evidenciou um acréscimo de 6%.

Ainda no que se refere ao Contrato Programa, o défice destes parques foi de 281.045 euros cobertos, em 125.000 euros, pelo montante de Subsídio à Exploração fixado no CP 2025.

O referido défice resultou do balanço entre rendimentos totalizando 429.409 euros e de um volume de gastos totalizando 710.454 euros distribuídos por natureza de gastos da seguinte forma: Fornecimentos e Serviços Externos: 156.068 euros (22%); Gastos com Pessoal: 500.654 euros (70%); Amortizações e Depreciações: 44.451 euros (6%) e Outros Gastos: 9.281 euros (2%).

O **Parque de Estacionamento Comandante António Feio**, inaugurado no dia 18 de junho, resultou, como atrás foi referido, da cedência de utilização, gestão e exploração, à WeMob, por parte do Município, nas condições vertidas em Contrato Programa.

Ao disponibilizar 110 lugares de estacionamento, 24 horas por dia e oferecer, ainda, uma redução no valor das avenças noturnas, para residentes na zona, o parque Comandante António Feio veio contribuir para o atenuar das dificuldades sentidas, naquela zona, no que se refere ao desfasamento entre a oferta e a procura por lugares de estacionamento, agravado pelo facto de, até ao momento da abertura deste parque, não existir outro equipamento naquela zona.

De meados de junho a dezembro, o Parque Comandante António Feio registou um total de rendimentos de 9.593 euros, traduzindo um desvio orçamental negativo, em 26.157 euros e uma taxa de execução orçamental de, apenas, 27%. O rendimento inferior ao previsto, em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2025, justifica-se, por um lado, pelo adiamento na abertura do parque que se previa para janeiro, mas que só veio a acontecer em junho (Contrato Programa com o Município a 20 de fevereiro) e, por outro lado,

da necessidade de, após a celebração do referido Contrato Programa, se dotar o parque das condições adequadas ao seu funcionamento, nomeadamente, aquisição de sistema de cancela e caixa de pagamento, reparação e inspeção do elevador e marcação do pavimento.

Refira-se, ainda, que dos 130 dísticos considerados, em sede de Contrato Programa, foram emitidos 113 dísticos ao Município.

3.2 Parques de Estacionamento à Superfície

3.2.1 Parque de Estacionamento Afonso Henriques

Durante o ano de 2025, a degradação do **Parque de Estacionamento Afonso Henriques** conduziu à necessidade de se aumentar o perímetro de segurança e, assim, diminuir os lugares de estacionamento do parque.

Localizado no centro de Almada, na proximidade do comércio local, este parque é fundamental para dar resposta à procura por lugares de estacionamento, eminentemente, rotativos, naquela zona. Dada a importância deste parque, a WeMob encontra-se empenhada, em articulação com o Município, na procura de soluções com vista à possível requalificação, daquele espaço.

Ainda assim, o rendimento obtido em 2025, situou-se nos 56.035 euros, superior ao que havia sido orçamentado em 9.610 euros e fixando a taxa de execução orçamental nos 121%. O rendimento que resultou da venda de avenças foi de 7.617 euros, em linha com o orçamentado (+265 euros), traduzindo uma taxa de execução orçamental de 104%. O rendimento que proveio da venda de lugares rotativos, apesar das limitações acima referidas, totalizou 48.417 euros, desviando-se positivamente do esperado em 9.345 euros e situando a taxa de execução orçamental nos 124%.

Por comparação aos rendimentos registados em 2024, no global, o acréscimo de receita foi de 16% (+7.924 euros): a venda de avenças foi superior em 4% (+325 euros) e a venda de rotativos foi, também, superior, em 19% (+7.599 euros).

Em 2025, foram vendidas 364 avenças, distribuídas da seguinte forma: Diurnas, 245 e Noturnas, 119.

Tratando-se de uma área de atividade contida no Contrato Programa 2025, no que se refere aos indicadores económico-financeiros, definidos no mesmo contrato, na alínea b), do número 9, da cláusula 4ª, que definiam como objetivo a manutenção do nível da receita proveniente da venda de lugares rotativos, os mesmos foram superados, na medida em que o rendimento proveniente da venda rotativos evidenciou um acréscimo de 24%.

Ainda no que se refere ao Contrato Programa, o défice do parque Afonso Henriques foi de 56.433 euros cobertos, em 20.000 euros, pelo montante de Subsídio à Exploração, fixado no CP 2025.

O referido défice resultou do balanço entre rendimentos totalizando 60.361 euros e de um volume de gastos de 116.794 euros, distribuídos por natureza de gastos da seguinte forma: Fornecimentos e Serviços Externos: 13.195 euros (11%); Gastos com Pessoal: 98.889 euros (85%); Amortizações e Depreciações: 4.452 euros (4%) e Outros Gastos: 258 euros (0,22%).

3.2.2 Parque de Estacionamento do Parque da Paz

Em 2025, no dia 16 de junho, através de uma parceria entre a TML, o Município e a WeMob, firmada através da assinatura de um Protocolo entre as entidades, o Parque de Estacionamento do Parque da Paz passou a dispor, como medida de incentivo à mobilidade sustentável, de um sistema de integração do passe **Navegante** permitindo o estacionamento gratuito a quem, sendo residente no concelho de Almada, fosse portador do passe Navegante incentivando, desta forma, à utilização dos transportes públicos, disponíveis no Centro Sul, em detrimento do transporte individual.

Tratando-se de um parque de estacionamento que pretende, por um lado, servir quem frequenta o Parque da Paz e que, por outro lado, tem como objetivo o incentivo à utilização de transportes públicos com impacto positivo, nomeadamente, no ambiente e no número de veículos que entram no centro de Almada, mantém a gratuidade do estacionamento nas três primeiras horas e, desde junho, garante, também, a gratuidade do estacionamento aos residentes no concelho com passe Navegante.

Em 2025, os fracos rendimentos obtidos (1.115 euros), neste parque, justificam-se, por um lado, pela gratuidade do estacionamento, nas três primeiras horas de parqueamento e pela solução implementada, em junho, permitindo aos residentes no concelho de Almada, possuidores do passe Navegante válido, estacionarem, também, de forma gratuita e, por outro lado, pela existência de um espaço, na proximidade do parque, que permite o estacionamento, sem lugar a qualquer pagamento.

No que se refere ao Contrato Programa, o défice do parque foi de 85.598 euros cobertos, em 40.000 euros, pelo montante de Subsídio à Exploração fixado no CP 2025.

O referido défice resultou do balanço entre rendimentos totalizando 8.712 euros, dos quais, 7.598 euros relativos a valor de indemnização por danos causados, por terceiros, na cancela e, apenas, 1.115 euros provenientes do estacionamento no parque, e um volume de gastos de 94.310 euros distribuídos da seguinte forma: *Fornecimentos e Serviços Externos*: 16.782 euros (11%); *Gastos com Pessoal*: 73.636 euros (85%); *Amortizações e Depreciações*: 3.855 euros (4%) e *Outros Gastos*: 37 euros (0,22%).

3.2.3 Parques de Estacionamento Costa de Caparica (zonas urbana e não urbana)

Em 2025, de março a setembro, as tempestades “Martinho” (março), “Olivier” (abril), “Erin” (agosto) e “Gabrielle” (setembro), trazendo chuva e ventos fortes, condicionaram o afluxo de pessoas às praias, impactando, de forma negativa, o rendimento dos parques de estacionamento localizados, tanto na zona urbana, como na zona não urbana, da Costa de Caparica.

Desta forma, o rendimento proveniente do **parque de estacionamento** localizado na proximidade das praias da zona urbana da **Costa de Caparica (P2)**, junto de equipamentos de restauração e do paredão, registou, em 2025, um rendimento de 129.782 euros, inferior ao orçamentado em 5.218 euros, situando a taxa de execução orçamental nos 96%.

Por comparação com o verificado em 2024, o rendimento apresentou um aumento de 9.152 euros (+8%), em resultado das alterações trazidas pelo Regulamento de Estacionamento, nomeadamente, a alteração do tarifário do Parque, em meados de julho de 2024 e a possibilidade de os residentes poderem estacionar nos lugares tarifados à superfície, em duas zonas, conduzindo a uma maior procura, por lugares de estacionamento, neste parque, por parte de não residentes, com impacto, positivo, na receita obtida.

Nos parques de estacionamento que servem as **praias do Rei e da Rainha**, o rendimento global obtido foi de 304.959 euros, revelando um desvio orçamental negativo em 15.118 euros e fixando a taxa de execução orçamental nos 95%. No parque da Praia do Rei, o rendimento totalizou 110.288 euros, afastando-se, negativamente, do valor orçamentado em 2.365 euros e no parque da Praia da Rainha, a um rendimento de 194.671 euros, correspondeu um desvio orçamental positivo em 1.246 euros. A estes rendimentos, corresponderam taxas de execução orçamental de 98% e de 101%, respetivamente.

Face a 2024, os rendimentos provenientes dos dois parques de estacionamento, Rainha e Rei, variaram positivamente, em 38.510 euros (+14%) em consequência, também, da alteração dos tarifários (Regulamento de Estacionamento), ocorrida em meados de julho de 2024. No parque da Praia do Rei, a variação positiva foi de 9.785 euros (+10%) e no parque da Praia da Rainha, a variação, também positiva, foi de 28.725 euros (+17%).

A impossibilidade de se concluírem as obras nos acessos e no interior dos **parques de estacionamento das praias da Morena e da Sereia**, previstas em sede de Orçamento 2025 para o último trimestre do ano, traduziu-se num desvio orçamental negativo de 14.000 euros.

4. APOIOS DE PRAIA

O rendimento total desta área de atividade situou-nos nos 407.205 euros revelando um desvio orçamental positivo, em 23.464 euros e uma taxa de execução orçamental de 106%.

Por comparação a 2024, o rendimento, em 2025, manteve-se em linha com o obtido naquele ano (-751 euros).

5. AÇÃO FISCALIZADORA DA WEMOB

Um ano volvido da implementação, quase total, do Regulamento de Estacionamento (em falta, a 4ª fase de expansão), mais ajustado à realidade de hoje, em Almada e na Costa de Caparica, é possível concluir que o mesmo veio permitir um melhor ordenamento dos lugares de estacionamento, um aumento do número de lugares de estacionamento à superfície, através da transformação das zonas de residentes em Zonas mistas, não prejudicando os residentes que passaram a dispor de duas zonas de estacionamento, gratuito, à superfície e uma melhoria nas condições de mobilidade, por via do alargamento das zonas a fiscalizar pela WeMob.

Em 2025, a WeMob prosseguiu com a implementação do Regulamento de Estacionamento (3ª fase). À semelhança de nas fases de expansão anteriores, o início da fiscalização nas novas zonas, foi antecedido da distribuição de *flyers* informativos, junto da população.

Nas ações relacionadas, direta ou indiretamente, com a fiscalização, a ausência de um histórico consistente relativo ao impacto, nos rendimentos, do Regulamento de Estacionamento (em julho 2024, na Costa de Caparica e em outubro 2024, em Almada), conduziu a uma orçamentação prudente dos rendimentos. De facto, o alargamento das zonas tarifadas e o prolongamento da atividade fiscalizadora na Costa de Caparica, por todo o ano, o aumento dos tarifários e a introdução de classes de tarifários e a criação de novos Dísticos, para além dos Dísticos de Residentes, conduziram a rendimentos superiores aos que haviam sido orçamentados. Refira-se, no entanto, que a conversão das zonas de residentes em zonas tarifadas mistas, no âmbito da implementação do Regulamento de Estacionamento, impactou, em cerca de 56% (média 2025), a emissão do número de autos de contraordenação, de valor igual a 60 euros que, à luz do anterior Regulamento de Estacionamento, eram emitidos em estacionamentos indevidos, nas zonas de residentes.

5.1. TAXAS E INFRAÇÕES

5.1.1. Taxas (desbloqueios, remoções e diárias)

Em 2025, o rendimento global obtido com a aplicação destas taxas foi de 351.586 euros, superior ao orçamentado em 7.260 euros e colocando a taxa de execução orçamental nos 102%.

Em detalhe, por ação: o rendimento resultante da aplicação de taxas de **desbloqueio** foi de 114.479 euros, superior ao previsto em 53.357 euros e representando uma taxa de execução orçamental de 187%; as **remoções** conduziram a um rendimento de 166.268 euros, evidenciando um desvio orçamental, negativo, em 47.127 euros e uma taxa de execução orçamental de 78% e no que se refere à aplicação de **diárias**, o rendimento, de 70.839 euros, superou o que se previra, em 1.030 euros, fixando a taxa de execução orçamental nos 101%.

Globalmente, o rendimento proveniente da aplicação desta natureza de taxas manteve-se acima do esperado, atendendo ao, já afirmado, alargamento das zonas fiscalizadas e ao prolongamento da atividade fiscalizadora na Costa de Caparica, por todo o ano, no âmbito do Regulamento de Estacionamento.

Por comparação a 2024, o rendimento foi superior ao registado naquele ano em 34.726 euros (+11%). O habitual aumento do valor destas Taxas (Portaria nº 1334-F/2010 de 31 de dezembro) e o alargamento das zonas a fiscalizar a partir de julho de 2024, na Costa de Caparica, e em meados de outubro, em Almada, alteração introduzida pelo atual Regulamento de Estacionamento, a par da permanência de situações de estacionamento abusivo e, de facto, impeditivo das condições de mobilidade, justificam o aumento do rendimento.

5.1.2. Taxas (remoções e diárias – VFV's)

A WeMob manteve, em 2025, o objetivo, nesta área de atividade, de ser capaz de retirar da via pública a totalidade de veículos com sinais de abandono que se encontram por todo o Concelho. A abertura do Parque na Quinta da Matosa, Sobreda, no final de julho, possibilitando o aumento do número de lugares disponível para o depósito, desta natureza de veículos e, assim, a retirada de mais veículos, com sinais de abandono, da via pública, tem permitido uma aproximação à prossecução desse objetivo.

No que se refere às taxas aplicadas, sempre que um veículo com sinais de abandono é reclamado e, por isso, devolvido ao proprietário, a um rendimento global de 49.016 euros, correspondeu um desvio orçamental positivo de 17.728 euros e uma taxa de execução orçamental de 157%. A um maior número de remoções correspondeu um maior número de reclamações, por parte dos proprietários, que procederam ao levantamento das viaturas após pagamento das taxas devidas.

Quando comparados com 2024, os rendimentos obtidos por via das remoções e depósitos, desta natureza de veículos, variaram em 19.428 euros (+66%), não só por um maior número de veículos retirados da via pública, mas, também, pelo aumento anual destas taxas, fixado em Portaria.

5.2 COIMAS

Como atrás foi referido, a substituição das, anteriormente, designadas zonas de residentes por Zonas mistas (Regulamento de Estacionamento), conduziu a uma redução significativa da emissão de autos de contraordenação, de valor igual a 60 euros (estacionamento em zonas de residentes), naturalmente, com impacto negativo nos rendimentos provenientes das Coimas – cobrança WeMob. A alteração do regulamento conduziu à substituição de determinadas contraordenações por mecanismos de compensação tarifária, o que reduziu a receita neste âmbito. Essa quebra foi, em 2025, superior aos 50%. Por outro lado, a ausência de histórico consistente conduziu, inevitavelmente, a uma previsão da receita menos fiel ao que acabaria por se verificar.

Em 2025, manteve-se a evolução positiva, verificada já em 2024, na taxa de cobrança dos autos. De facto, a certeza, por parte dos infratores, de que o não pagamento da coima tem como consequência, **efetiva**, o agravamento da mesma, tem conduzido a um número cada vez mais expressivo de pagamentos das coimas, dentro do prazo legal.

5.2.1 Cobrança Direta WeMob

As razões atrás invocadas justificam, em 2025, o desvio orçamental negativo de 238.990 euros registado nas Coimas cobradas, diretamente, pela WeMob cujo rendimento se fixou nos 811.330 euros, colocando a taxa de execução orçamental nos 77%.

Pelos mesmos motivos, o rendimento, obtido por esta via, diminuiu, face ao registado em igual período de 2024, em 187.145 euros (-19%).

5.2.2 Cobrança ANSR

Não obstante os progressos alcançados na integração do SCOT com a ANSR, a comunicação dos autos, que vinha a decorrer com normalidade, sofreu uma interrupção a partir do início de março de 2025. Apesar das diligências efetuadas, junto da ANSR, incluindo pedidos de assistência reiterados, não foi possível obter uma resposta eficaz que permitisse ultrapassar a situação, pelo que não foram comunicados autos até ao final de 2025. Esta interrupção na comunicação teve impacto direto na receita associada à ANSR, uma vez que, não recebendo os autos, aquela entidade não pode dar seguimento à sua execução nem, consequentemente, proceder à distribuição das verbas devidas à WeMob.

5.2.3 Decisão dos Autos de Contraordenação – agravamentos

No que se refere ao rendimento que proveio do agravamento das coimas, resultado do não pagamento do auto de contraordenação dentro dos limites legais definidos, para o efeito, fixando-se nos 142.942 euros, traduziu um desvio orçamental negativo de 6.226 euros e uma taxa de execução orçamental de 96%.

O ponto de situação relativo aos autos de contraordenação que, por não terem sido pagos, passaram para a fase de Decisão é o seguinte, à data de 31 de dezembro de 2025:

- por instruir (fase de decisão): **17.604** processos sendo que **1.827** são autos externos. Do total **1 (0%)** relativos a infrações ocorridas em **2019, 48 (<1%)** em **2020, 132 (<1%)** em **2021, 1.044 (6%)** em **2022, 1.402 (8%)** em **2023, 5.798 (33%)** em **2024** e, a maior parte, **9.179 (52%)** em **2025**;
- instruídos: **10.460** processos dos quais **2 (0%)** referentes a infrações ocorridas em **2019; 4 (0%)** em **2020; 19 (0%)** em **2021; 93 (<1%)** em **2022, 1.215 (12%)** em **2023, 7.738 (74%)** em **2024** e **1.389 (13%)** em **2025**;
- para execução judicial: **8.923** processos dos quais **0 (0%)** referentes a infrações ocorridas em **2019; 1 (0%)** em **2020, 14 (0%)** em **2021; 64 (<1%)** em **2022, 3.079 (35%)** em **2023, 5.199 (58%)** em **2024** e **323 (4%)** em **2025**;

- em execução judicial: **1.085** processos dos quais **27 (2%)** referentes a infrações ocorridas em **2019**; **1 (0%)** em **2020**, **208 (19%)**, **834 (77%)**, **15 (1%)**, **0 (0%)** em **2024** e **0 (0%)** em **2025**.

De referir, ainda, que até agora cerca de **9.380** processos de decisão foram arquivados por terem sido pagos.

Desde **2021**, ano em que foram expedidas as primeiras decisões, foram expedidos **49.263** processos de decisão, a maior parte dos quais **11.177 (23%)** relativos a infrações ocorridas em **2019**, **4.384 (9%)** em **2020**, **6.834 (14%)** em **2021**, **8.966 (18%)** em **2022**, **8731 (18%)** em **2023**, **8.023 (16%)** em **2024** e **1.148 (2%)** em **2025**.

Do total de processos expedidos (**49.263**) foram pagos **9.380** traduzindo uma taxa de cobrança de cerca de **19%**. Da leitura dos números, conclui-se que a taxa de cobrança subiu um ponto percentual à de 2024

5.2.4 Autos Externos (PSP e GNR)

Em 2025, o rendimento que resultou de autos de contraordenação emitidos pela PSP e GNR, fixou-se nos 20.070 euros, ligeiramente, superior (+926 euros) ao orçamentado e traduzindo uma taxa de execução orçamental de 105%. Sendo a emissão e expedição destes autos da PSP e da GNR, é difícil preverem-se os montantes a orçamentar.

Importa, ainda, referir que, do montante total dos autos emitidos por estas entidades, apenas, 70% se traduzem em rendimento para a WeMob já que os restantes 30% são distribuídos por aquelas entidades.

De informar que, no último trimestre de 2025 foi, finalmente, iniciada a integração com o SCOT, possibilitando a receção destes autos e a obtenção de informação relativa à notificação e ao respetivo pagamento, na plataforma de gestão de contraordenações da WeMob (gIC) permitindo dispormos de uma maior e melhor informação relativamente aos autos expedidos por estas entidades. Com a integração também passou a ser possível, proferirmos processos de decisão dos autos de contraordenação por estas entidades, não pagos. Espera-se que, em breve, seja possível iniciar-se o registo das quantidades e dos valores associados aos autos de contraordenação, de modo a que, de futuro, possa ser apurada uma média estimada que permita orçamentar estes autos com maior rigor e precisão.

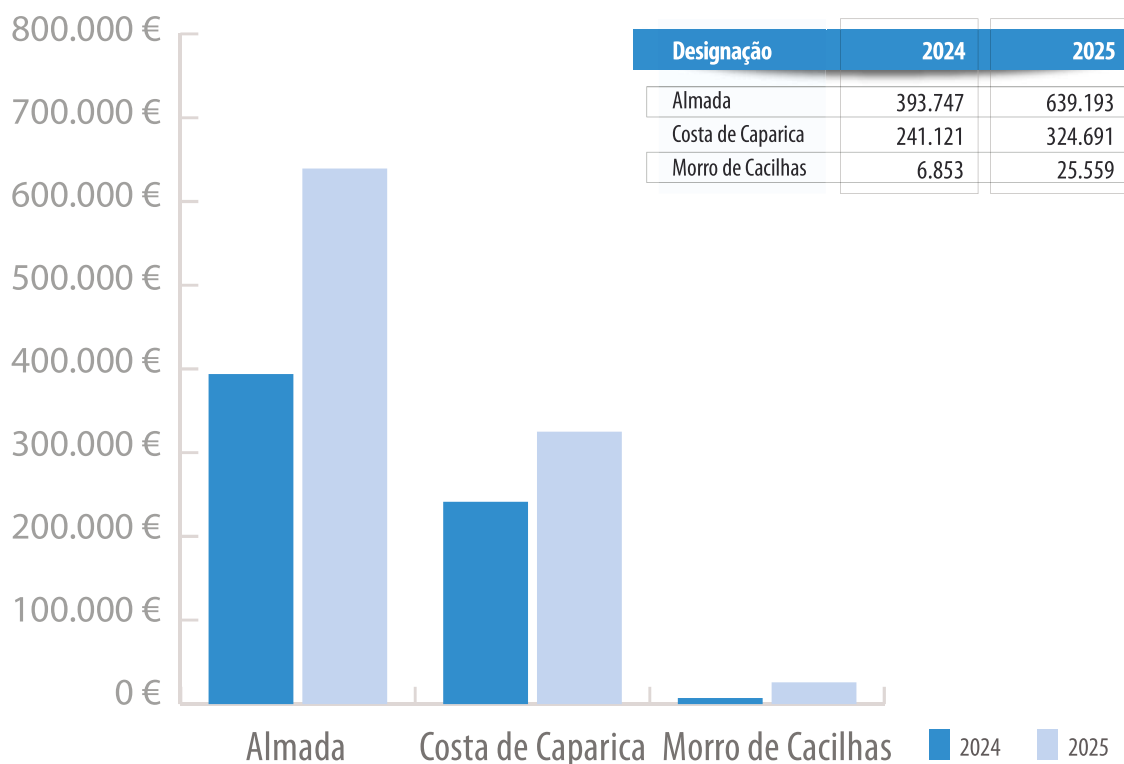
5.3. PARQUÍMETROS (c/ título)

No que se refere ao estacionamento tarifado à superfície – Parquímetros – a conversão das zonas de residentes em Zonas mistas, o alargamento das zonas de estacionamento tarifadas à superfície e das zonas a fiscalizar, a alteração aos tarifários e a extensão do estacionamento tarifado na Costa de Caparica, nas zonas amarelas, a todos os meses do ano, a par da, já referida, ausência de histórico consistente, conduziram a um desvio orçamental, muito significativo, no rendimento que proveio, em 2025, do pagamento do estacionamento, nos parquímetros.

Assim, em 2025, os títulos de estacionamento, cobrados em Almada (inclui Morro de Cacilhas) e na Costa de Caparica, nas zonas tarifadas, originaram rendimentos de 664.753 euros e de 324.691 euros, respetivamente. As taxas de execução foram, pela mesma ordem, de 155% e de 136%, representando desvios orçamentais positivos, muito significativos, de 236.125 euros, no que diz respeito a Almada e de 86.144 euros, relativamente à Costa de Caparica.

Face a 2024, o rendimento registou um acréscimo, de 347.723 euros (+54%), repartindo-se da seguinte forma: 264.153 euros (+65%), em Almada e 83.571 (+35%) na Costa de Caparica. Este acréscimo no rendimento justifica-se por tudo o que atrás foi referido. Contudo, ressalva-se, que a comparação sai desvirtuada pelo facto de a alteração dos tarifários, em 2024, ter ocorrido em meados de julho e de o alargamento das zonas, na Costa de Caparica e em Almada, ter acontecido, em 2024, a partir de meados de julho e de outubro, respetivamente.

Rendimentos Parquímetros 2024/ 2025



5.4. PARQUÍMETROS (s/ título)

Também na aplicação destas taxas (Ocupação Indevida da Via Pública), que ocorre sempre que se verifique que o pagamento do estacionamento não é efetuado ou que não está válido, a implementação do Regulamento de Estacionamento, teve um impacto, positivo, no rendimento que daí proveio (o valor destas taxas está indexado ao valor do estacionamento tarifado à superfície). O alargamento das zonas tarifadas e a fiscalizar, a alteração dos tarifários, o prolongamento da atividade de fiscalização na Costa de Caparica, para além da época balnear, a par da, já referida, ausência de histórico consistente, conduziram a um rendimento obtido, superior ao orçamentado.

Em 2025, o rendimento global das taxas situou-se nos 124.634 euros, revelando um desvio orçamental positivo em 30.535 euros e uma taxa de execução orçamental de 132%. Em Almada, a um rendimento de 65.520 euros, correspondeu um desvio orçamental positivo de 24.020 euros e na Costa de Caparica, o rendimento obtido de 59.114 euros, significou um desvio orçamental, também, positivo de 6.514 euros. A estes desvios corresponderam taxas de execução orçamental de 158% e de 112%, respetivamente.

Face a 2024, o rendimento registou um acréscimo, de 36.451 euros (+41%), repartindo-se da seguinte forma: 30.933 euros (+89%), em Almada e 5.518 euros (+10%), na Costa de Caparica. Este acréscimo no rendimento justifica-se por tudo o que atrás foi referido, contudo, ressalva-se, que, também aqui, a comparação sai desvirtuada pelo facto de a alteração dos tarifários, em 2024, ter ocorrido em meados de julho, em Almada e na Costa de Caparica e de o alargamento das zonas, ter acontecido, em 2024, a partir de julho, na Costa de Caparica e em meados de outubro, em Almada.

5.5. DÍSTICOS

A emissão de dísticos, no ano que se analisa, resultou num rendimento de 84.234 euros, fixando a taxa de execução orçamental nos 296%. Também na emissão dos dísticos, a ausência de histórico consistente conduziu ao desvio verificado, positivo, em 55.734 euros.

Em 2025 emitiram-se, em Almada e na Costa, um total de 11.793 dísticos, com maior incidência sobre os

dísticos de Residente (10.669), seguidos dos Verde Particular (470), Acesso Especial Particular (197), Profissional Mensal (164), Acesso Especial Profissional (104), Profissional Anual (95) e Verde Profissional (94).

5.6. GESTÃO E CONTROLO DOS PILARETES (CACILHAS E COSTA DE CAPARICA)

Tratando-se de uma atividade contida no Contrato Programa 2025 e, não lhe estando associados quaisquer rendimentos, os gastos totalizaram 60.343 euros distribuídos da seguinte forma: Fornecimentos e Serviços Externos: 12.207 euros (20%); Gastos com Pessoal: 43.017 euros (71%) e Amortizações e Depreciações: 5.120 euros (9%).

O défice registado foi coberto, em 20.000 euros, pelo montante de Subsídio à Exploração fixado no CP 2025.

6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

6.1 RENDIMENTOS

Importa realçar que, nas áreas de atividade impactadas pelo Regulamento de Estacionamento, os desvios orçamentais resultam, sobretudo, de uma ausência de histórico consistente pelo facto de a implementação ter ocorrido em julho 2024, na Costa de Caparica, e em outubro 2024, em Almada. Por outro lado, a comparação com o ano anterior sai desvirtuada, pelo mesmo motivo, isto é, em 2024, o impacto do Regulamento, nos rendimentos, verificou-se, a partir de julho e, em Almada, no que se refere ao alargamento das zonas, a partir de outubro.

Em 2025, os rendimentos globais da WeMob situaram-se nos 4.584.263 euros, revelando um desvio orçamental positivo de 253.172 euros e situando a taxa de execução orçamental nos 106%.

Pelo que atrás foi exposto e, em resumo, no que se refere à **execução orçamental**, o **Volume de Negócios** da WeMob, registou, em 2025, um total de rendimentos de 4.011.144 euros, superiores ao orçamentado em 163.452 euros, revelando uma taxa de execução de 104%.

Numa **breve síntese**, destacam-se os **desvios orçamentais, positivos**, mais significativos, atrás justificados, nomeadamente, nos **5 parques de estacionamento subterrâneo** (+12.294 euros), traduzindo uma taxa de execução orçamental de 103%; no **parque de estacionamento Afonso Henriques** (9.610 euros), 121%; nos **Parquímetros - com título** (+322.269 euros), 148%; nos **Apoios de Praia** (+23.464 euros), 106% e na emissão de **Dísticos** (+55.734 euros), 296%. De sinal contrário, os **desvios orçamentais negativos**, verificaram-se: na **Fiscalização** (-191.591 euros), 89%, distribuído da seguinte forma: Taxas (+24.988 euros), 107%; Taxas - COI (+30.535 euros), 132% e Coimas (-247.113 euros), 80% e nos restantes parques de estacionamento (-47.579 euros), 90%.

Em **Outros Rendimentos e Ganhos** (93.119 euros) o desvio orçamental de 89.719 euros, justifica-se, essencialmente, pelo registo do montante relativo à emissão dos dísticos, no âmbito do Contrato Programa relativo ao Parque de Estacionamento Comandante António Feio, celebrado após a construção do Orçamento 2025 (62.795 euros), pelo valor relativo a indemnizações relativas a danos causados por terceiros (+14.018 euros) e por correções relativas a anos anteriores (+9.892 euros)

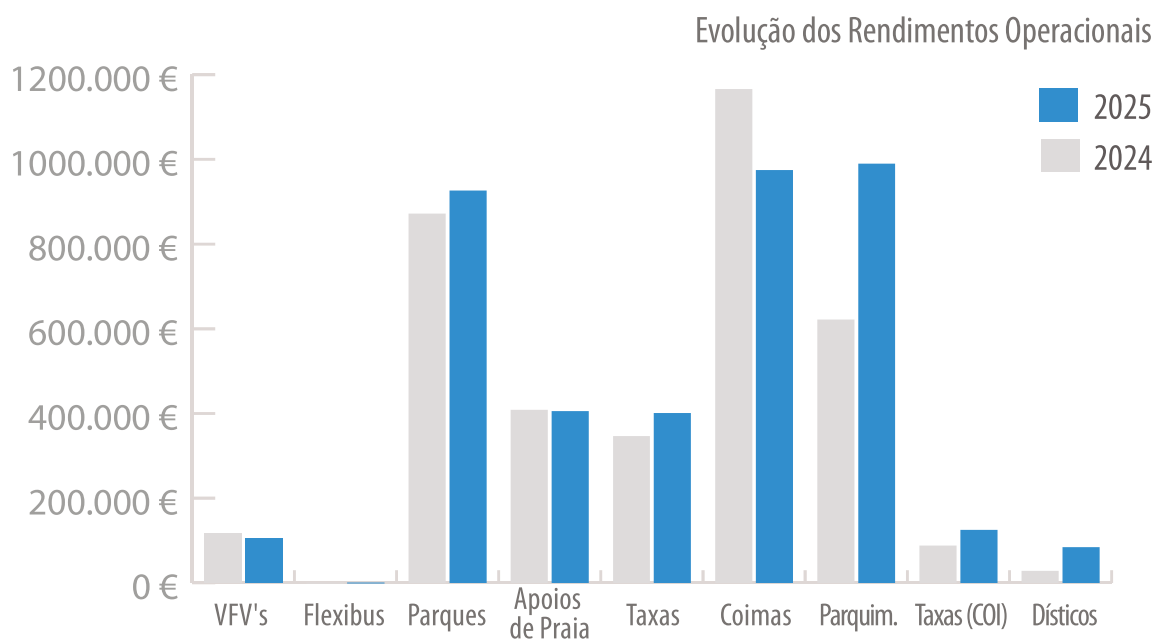
No **comparativo com 2024** e no que diz respeito ao **Volume de Negócios** da WeMob, o mesmo, evidenciou um acréscimo nos rendimentos de 364.931 euros (+10%).

Nas **Vendas**, verifica-se um decréscimo no rendimento de 12.318 euros (- 11%) e nas **Prestações de Serviços**, o rendimento, totalizando 3.906.895 euros, evidencia um acréscimo de 377.249 euros (+11%), atrás justificado, por áreas de atividade e cujas variações se resumem da seguinte forma:

- **Parques de Estacionamento** - o rendimento obtido em 2025, totalizando 926.256 euros, revela um **acrécimo de 74.532 euros (+9%)**. Todos os parques de estacionamento evidenciaram um acréscimo de rendimento, face ao obtido no ano anterior: Parques Subterrâneos: +9.648 euros (+2%); Parque Afonso Henriques: +7.924 euros (16%); Parque Comandante António Feio: +9.593 euros; Parque Costa de Caparica: +9.152 euros (+8%); Parques Praia do Rei e da Rainha: 38.511 euros (+14%);
- **Apoios de Praia** - o rendimento de 407.205 euros evidenciou um (ligeiríssimo) decréscimo de 751 euros (+0,18%);

- **Fiscalização**, - a um rendimento global de 1.499.755 euros, correspondeu um decréscimo de 100.215 euros (-6%). O decréscimo registado resulta, como já referido, em boa parte, de uma diminuição, muito significativa, em 2025, do número de autos, anteriormente, emitidos nas zonas de residentes, com impacto no rendimento das **Coimas – Cobrança Direta WeMob**: -187.145 euros (-19%). Nas **Taxas - desbloqueios, remoções e diárias**, o rendimento de 400.602 euros, evidenciou um acréscimo de 54.154 euros (+16%) e nas **Taxas - COI (Parquímetros)**, a um rendimento de 124.634 euros, correspondeu um acréscimo de 36.450 euros (+41%);
- **Parquímetros** – c/ título - o rendimento global de 989.444 euros revelou um acréscimo de 347.723 euros (+54%); em Almada (664.753 euros) o acréscimo de rendimento situou-se nos 264.153 euros (+40%) e na Costa de Caparica, a um rendimento de 324.691 euros correspondeu um acréscimo de 83.571 euros (+35%).
- **Dísticos** - o rendimento global de 84.234 euros revelou um acréscimo de 55.959 euros (+198%);

O gráfico abaixo é demonstrativo da **evolução dos rendimentos operacionais**, entre 2025 e 2024:



| | VFV's Vendas | Flexibus | Parques Estaciona. | Apoios de Praia | Taxas e infrações | Coimas | Parquímetros | Taxas (COI) | Dísticos |
|------|--------------|----------|--------------------|-----------------|-------------------|-------------|--------------|-------------|----------|
| 2024 | 116.567 € | 0 € | 851.724 € | 407.957 € | 346.448 € | 1.165.338 € | 641.721 € | 88.184 € | 28.275 € |
| 2025 | 104.249 € | 0 € | 926.255 € | 407.205 € | 400.602 € | 974.519 € | 989.444 € | 124.634 € | 84.234 € |

As diferentes áreas de atividade da WeMob, não contribuiram de igual forma para o total dos **rendimentos operacionais**:

| ÁREAS DE ATIVIDADE | RENDIMENTOS | PESO % |
|---------------------------------|------------------|-------------|
| VFV (vendas) | 104.249 | 3% |
| Flexibus | 0 | 0% |
| Parques de Estacionamento | 926.256 | 24% |
| Apoios de Praia | 405.174 | 10% |
| Taxas e Infrações | 400.602 | 10% |
| Coimas | 974.519 | 25% |
| Parquímetros | 989.444 | 25% |
| COI | 124.634 | 3% |
| Dísticos | 84.234 | 2% |
| Total Rend. Operacionais | 4.011.144 | 100% |

Em 2025, os rendimentos globais da WeMob totalizaram 4.584.263 euros traduzindo um acréscimo de 436.034 euros (+11%), face a 2024:

| Evolução dos RENDIMENTOS GLOBAIS | Acum./2024 | | Acum./2025 | | Variação % 2025-2024 |
|----------------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|----------------------|
| | Realizado | Peso % | Realizado | Peso % | |
| VFV (vendas) | 116.567 | 3% | 104.249 | 2% | -11% |
| Flexibus | 0 | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Parques de Estacionamento | 851.724 | 21% | 926.255 | 20% | 9% |
| Apoios de Praia | 407.957 | 10% | 407.205 | 9% | 0% |
| Taxas e Infrações | 346.448 | 8% | 400.602 | 9% | 16% |
| Coimas | 1.165.338 | 28% | 974.519 | 21% | -16% |
| Parquímetros | 641.721 | 15% | 989.444 | 22% | 54% |
| COI | 88.184 | 2% | 124.634 | 3% | 41% |
| Dísticos | 28.275 | 1% | 84.234 | 2% | 198% |
| Outros Rendimentos e Ganhos | 22.016 | 1% | 93.119 | 2% | 323% |
| Subsídios à Exploração | 480.000 | 12% | 480.000 | 10% | 0% |
| Total Rendimentos Globais | 4.148.229 | 100% | 4.584.263 | 100% | 11% |

Em **Outros Rendimentos e Ganhos**, o acréscimo registado (+71.103 euros) justifica-se, por um lado, pelo registo, nesta rubrica, do montante relativo à emissão de dísticos ao Município, no âmbito do Contrato Programa celebrado, entre a WeMob e o Município, relativo à Gestão do Parque de Estacionamento Comandante António Feio, totalizando 130 dísticos e, por outro lado, por indemnizações pagas à WeMob na sequência de atos de vandalismo e de acidentes ocorridos nos parques de estacionamento da Praia da Rainha, Afonso Henriques e Paz.

No que se refere ao **Subsídio à Exploração** (Contrato Programa 2025), mantendo o valor nos 480.000 euros, cobriu parte dos défices de exploração do conjunto das atividades que compõem o CP e que totalizaram, em 2025, 884.068 euros.

GASTOS

Os gastos totais, em 2025, perfazendo 4.579.126 euros, excederam o valor previsto em sede de Plano de Atividades e Orçamento, em 269.466 euros, elevando a taxa de execução orçamental aos 106%.

No que se refere à **execução orçamental**, em todas as rubricas, à exceção de nos **Gastos e Perdas de Financiamento**, os gastos foram superiores ao orçamentado. Nos **Fornecimentos e Serviços Externos**, o volume de gastos concretizados (1.246.401 euros), situou o desvio nos 16.352 euros e a taxa de execução orçamental nos 101%; nos **Gastos com Pessoal**, os gastos totais (2.973.479 euros), traduziram um desvio de 155.654 euros e uma taxa de execução orçamental de 106%; em **Amortizações de Depreciações**, o gasto contabilizado (258.609 euros), fixou o desvio orçamental nos 23.436 euros e a taxa nos 110% e em **Outros Gastos (Outros Gastos e Perdas e Gastos e Perdas de Financiamento)**, os gastos contabilizados (100.638 euros), evidenciaram um desvio, face ao orçamentado de 74.025 euros, colocando a taxa de execução orçamental, nos 378%.

Em detalhe e, considerando, apenas, os **desvios orçamentais mais relevantes**:

Em **Fornecimentos e Serviços Externos**, o desvio orçamental (+16.352 euros) resultou, essencialmente, do balanço entre **gastos inferiores ao orçamentado** em **Energia e Fluidos** (-15.511 euros) e **gastos superiores ao orçamentado** em **Serviços Diversos** (+31.705 euros). Os primeiros, justificam-se pelo impacto da resolução do processo dos carregadores elétricos nos consumos dos parques Bento Gonçalves, Conde Ferreira, Laranjeiro e Luísa Sigeia (-26.283 euros) e pelo facto de se ter considerado, em sede de Orçamento, a transferência de serviços para as novas instalações (7B), em Cacilhas, desde o início do ano, orçamentando um valor de consumo elétrico, naturalmente, superior ao que se veio a registar (- 5.619 euros). De sinal contrário, os gastos provenientes do consumo de eletricidade, superiores ao orçamentado, nas diferentes instalações da WeMob (+9.258 euros) e no parque Comandante António Feio (+7.314 euros). Em **Serviços Diversos**, o desvio resultou, sobretudo, do balanço entre gastos inferiores ao orçamentado em **Rendas e**

Alugueres (-13.374 euros), por via da não concretização do procedimento de Contratação Pública, previsto em sede de Orçamento, relativo ao aluguer de parquímetros para a Costa de Caparica (-20.000 euros) e, de sinal contrário do gasto, ligeiramente, superior ao orçamentado com o aluguer de WC portáteis para os parques de estacionamento das praias do Rei e da Rainha (+1.805 euros) e do gasto não previsto em sede de Orçamento (+2.728 euros) que inclui o aluguer de um autocarro, como resposta a um pedido efetuado pela Associação Pais EB1 e JI de Vila Nova de Caparica, e de gastos acrescidos em *Comunicações* (+43.591 euros), em função de gastos elevados com a expedição (autos de contraordenação e decisões), e com Telefones, Internet e outros, superiores ao orçamentado, em virtude do aditamento de serviços (Parque Comandante António Feio) e da centralização dos novos parquímetros.

Em **Gastos com Pessoal** o desvio orçamental (+155.654 euros) resultou de um montante de *Remunerações – Pessoal* (2.778.446 euros), **superior ao orçamentado em 126.877 euros** justificado, sobretudo, por uma taxa de absentismo inferior à estimada em sede de Orçamento 2025, pela contratação de uma Técnica Administrativa para o Departamento de Gestão do Litoral, não contemplada no Plano de Atividades e Orçamento 2025 e pelo pagamento de horas extra e de subsídios de isenção de horário de trabalho, essencialmente, em virtude do apoio prestado pela fiscalização a diversos eventos, de um volume de trabalho acrescido, nomeadamente, no Departamento de Apoio ao Utente, por via de um aumento significativo de dísticos solicitados. Releva-se, ainda, o gasto tido com acordos com trabalhadores, totalizando 16.000 euros, não previstos em sede de Orçamento 2025.

Em *Outros Gastos com Pessoal* (129.645 euros), o montante acrescido de 28.041 euros, face ao orçamentado, resulta da atualização do Seguro de Acidentes de Trabalho (+17.938 euros) e da contabilização, nesta natureza de gastos, do montante relativo à festa de Natal (10.258 euros), cujo gasto previsto havia sido considerado em Artigos para Oferta, em sede de Orçamento 2025.

Em **Amortizações e Depreciações** (258.609 euros), o desvio orçamental, negativo em 23.436 euros, resultou de um volume de investimentos superior ao previsto em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2025, nomeadamente, em Parquímetros e Parques de Estacionamento Comandante António Feio e Paz.

Em **Outros Gastos e Perdas**, a totalidade dos gastos contraídos, de 88.156 euros, traduziram um excedente, relativamente ao valor perspetivado, de 74.955 euros justificado pelo registo do montante relativo à emissão de 130 dísticos ao Município (+62.784 euros), no âmbito do Contrato Programa referente à Gestão do Parque de Estacionamento Comandante António Feio. As correções relativas a exercícios anteriores e o reconhecimento, como gasto, de um ativo intangível, em curso, totalizaram 19.693 euros. O montante de **Gastos por Perdas de Financiamento**, de 12.482 euros, verificou-se inferior ao esperado, em 931 euros, espelhando uma taxa de execução orçamental de 93%.

No **comparativo com 2024** (4.139.681 euros), o acréscimo de gastos situou-se nos 439.445 euros (+11%).

Em todas as rubricas, à exceção de nos **Gastos por Perdas de Financiamento**, os gastos foram superiores aos de 2024. Nos **Fornecimentos e Serviços Externos**, o volume de gastos concretizados (1.246.401 euros), registaram um acréscimo de 2% (+30.119 euros), nos **Gastos com Pessoal**, os gastos totais (2.793.479 euros), traduziram um acréscimo de 10% (+262.875 euros), em **Amortizações e Depreciações**, o gasto contabilizado (258.609 euros), revelou um acréscimo de 40% (+73.954 euros) e em **Outros Gastos (Outros Gastos e Perdas e Gastos por Perdas de financiamento)**, os gastos registados (100.638 euros), evidenciaram um acréscimo de 258% (+72.498 euros).

Nos **Fornecimentos e Serviços Externos**, as variações mais acentuadas verificaram-se em **Serviços Especializados** (+57.473 euros) e em **Energia e Flúidos** (-20.323 euros).

Em **Serviços Especializados** (+57.473 euros), o acréscimo justifica-se por gastos superiores em *Trabalhos Especializados* (+23.806 euros, +10%), em *Vigilância e Segurança* (+22.700 euros, +77%), em *Comissões Via Verde* (+9.011 euros, +34%), em *Conservação e Reparação* (9.954 euros, +13%) e em *Outros* (7.370 euros, +7%). Por contraposição, na mesma rubrica, por gastos inferiores em 2024, com *Honorários* (-18.240 euros, -54%).

Em detalhe:

Em *Trabalhos Especializados* (+23.806 euros), o aumento de gastos, relativamente ao ano anterior, justifica-se, essencialmente: pela contratação, em 2025, de serviços de manutenção, inerentes à aquisição de parquímetros recondicionados (+38.249 euros); pela contratação de Serviços de Engenharia (+15.104 euros), em 2025; pelo gasto inferior em Serviços Jurídicos (-30.600 euros) e pelo lançamento, em 2024, do procedimento para o licenciamento do software ESRI, que viria a permitir a visualização das zonas de estacionamento, no site da WeMob (-5.979 euros);

Em Vigilância e Segurança (+22.700 euros), o acréscimo de gastos resultou da contratação de serviços de segurança para o posto de atendimento em Cacilhas, em 2024, a partir de julho e durante todo o ano, em 2025;

Em Comissões da Via Verde (+9.011 euros), o incremento em 34%, face ao registado no ano anterior, decorreu do aumento do número de equipamentos (parquímetros) a utilizar este sistema de pagamento, em virtude da expansão das zonas tarifadas;

Em Conservação e Reparação (+9.953 euros) a variação, relativamente a 2024, decorreu fundamentalmente de um balanço entre gastos superiores com Equipamento de Transporte (+3.627 euros) e em Conservação – Outros Ativos Tangíveis (+10.151 euros), na sequência de reparações no pilarete localizado em Cacilhas e no empilhador afeto à Área de Atividade de VFV, em 2025, e de gastos inferiores em Outras Conservações (-3.234 euros);

Em Outros (+7.370 euros), a variação resultou, sobretudo, de um maior volume de autos distribuídos pelas diferentes entidades (+7.623 euros).

O decréscimo verificado em Honorários (-18.240 euros), face a igual período do ano transato, justifica-se pela não renovação, em 2025, da prestação de serviços contratada no início de 2024, para implementação do Regime Geral sobre Proteção de Dados (RGPD).

A menor contração de gastos, face a 2024, com **Energia e Fluidos** ficou a dever-se, essencialmente, e como atrás exposto, ao solucionamento do processo dos carregadores elétricos, conduzindo a uma redução significativa dos consumos elétricos, a esta parte, nomeadamente, nos parques Conde ferreira, Bento Gonçalves e Laranjeiro e, por conseguinte, a uma poupança de 18.675 euros com *Eletricidade*, em 2025.

Na comparação com 2024, os **Gastos com Pessoal** em 2025, registaram um aumento de 262.875 euros. O aumento, mais significativo, registou-se em Remunerações – Pessoal e, respetivos, Encargos Sociais (+251.542 euros), justificado pelo reforço do quadro de pessoal da WeMob nas áreas da Fiscalização, Parquímetros, Parques, Apoio ao Utente e Gestão do Litoral; pelo impacto da aceitação do Sistema de Avaliação de Desempenho, a partir de fevereiro de 2024, da quase globalidade dos trabalhadores; pelo aumento dos salários e do subsídio de alimentação, em 2025 e pelo montante pago no âmbito de acordos com trabalhadores representando um adicional, relativamente ao ano anterior. Em Outros Gastos com Pessoal, o acréscimo de 11.017 euros (+9%) resultou da atualização do Seguro de Acidentes de Trabalho, variando positivamente, face ao ano transato, em 17.938 euros (+80%) e, de sinal contrário, da economia de gastos em Formação, para a qual contribuiu o recurso a formações ministradas através do IEPF, e sem custos para a WeMob (-3.987 euros) e, por outro lado, pelo pagamento, ainda em janeiro de 2024, à ACSS - SNS (5.044 euros), cuja obrigatoriedade legal cessou, a partir dessa altura.

| Evolução da estrutura de GASTOS | Acum./2024 | | Acum./2025 | | Variação % 2025-2024 |
|-------------------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|----------------------|
| | Realizado | Peso % | Realizado | Peso % | |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 1.216.283 | 29% | 1.246.401 | 27% | 2% |
| Gastos com Pessoal | 2.710.604 | 65% | 2.973.479 | 65% | 10% |
| Gastos de Amortização e Depreciação | 184.654 | 4% | 258.609 | 6% | 40% |
| Outros Gastos e Perdas | 13.570 | 0% | 88.156 | 2% | 550% |
| Gastos e Perdas de Financiamento | 14.570 | 0% | 12.482 | 0% | -14% |
| Total Gastos | 4.139.681 | 100% | 4.579.126 | 100% | 11% |

No que se refere ao n.º.1 do artigo 62º da Lei 50 de 31 de agosto de 2012 que determina as condições que determinam a dissolução das empresas locais:

- As vendas e prestações de serviços, totalizaram 4.011.144 euros, cobrindo em, cerca de, 88% os gastos totais, que se situaram nos 4.579.127 euros;
- O peso contributivo dos subsídios à exploração, no valor total de 480.000 euros, nos rendimentos totais situou-se nos 10%, aproximadamente;
- O valor do EBITDA foi positivo em 276.227 euros;
- O resultado líquido (antes de impostos) foi, positivo, em 5.136 euros.

INVESTIMENTO

O curso dos acontecimentos, em 2025, obrigou a uma reavaliação do Plano de Investimento, integrado no Plano de Atividades e Orçamento, para 2025. Ao longo do ano, foi necessário adiarem-se alguns dos investimentos previstos, por um lado e, por outro, executarem-se outros, não previstos, mas que se revelaram prioritários.

Algumas dessas situações incluem a tomada de decisão, no início do ano, em se proceder à aquisição de um maior número de parquímetros (face ao que constava no Orçamento 2025), em detrimento do habitual aluguer de máquinas, para a costa de Caparica; a constatação dos investimentos a levar a cabo no parque Comandante António Feio, em adição a outros gastos com conservação e reparação, que se verificaram ser fundamentais para a abertura do parque e a decisão do Conselho de Administração da WeMob em introduzir, no parque de estacionamento do Parque da Paz, um sistema que permitisse o estacionamento gratuito a quem, sendo residente no concelho de Almada, fosse portador do passe Navegante válido. Assim, no âmbito de um protocolo celebrado entre o Município de Almada, a WeMob e a TML, a WeMob investiu nesse sistema com o objetivo de promover a utilização do transporte público, em detrimento do transporte particular.

Assim, em 2025, o **investimento total** da WeMob situou-se nos 416.231 euros, superior em 79.609 euros, ao montante previsto em sede de Orçamento 2025.

No que se refere aos **Ativos Fixos Tangíveis** (394.954 euros):

Em **Edifícios e Outras Construções** (21.196 euros), consideraram-se os trabalhos de preparação das instalações em Cacilhas (novo espaço), com vista a adequar aquele espaço, dotando-o das condições necessárias ao funcionamento dos departamentos que, aí já estão instalados, em virtude da necessidade de se melhorarem as condições de trabalho, nomeadamente, do Atendimento ao Público e do Centro de Comando dos Parques de Estacionamento;

Em **Equipamento Básico** (330.905 euros), para além dos 80 parquímetros reconicionados, previstos em sede de Orçamento, adquiriram-se mais 32 parquímetros, 24 dos quais, também, reconicionados (213.400 euros). O investimento inserido em **Parques de Estacionamento** (117.505 euros) inclui: o equipamento para funcionamento do Parque de Estacionamento Comandante António Feio (caixa de pagamento automático, cancela, leitor de matrículas, painel e bolsa de peças) totalizando 44.930 euros, não previsto na totalidade, em sede de Orçamento 2025; o sistema de videovigilância para o mesmo parque (2.735 euros), não previsto em sede de orçamento 2025; o sistema de videovigilância para os parques de estacionamento das praias – Rei e Rainha totalizando 28.981 euros (considerados em sede de Orçamento em Outros Ativos Fixos Tangíveis pelo valor de 19.628 euros), melhorando substancialmente as condições de segurança nestes parques; a substituição das barreiras do Parque de Estacionamento Costa de Caparica: 1.650 euros, prevista em sede de Orçamento (4.000 euros) e o equipamento para a integração no Parque de Estacionamento do Parque da Paz do passe Navegante (2.630 euros) (integração do passe Navegante), não previsto em sede de Orçamento 2025. Refira-se, ainda, o investimento efetuado no elevador do parque de estacionamento Comandante António Feio, que não estando previsto em sede de Orçamento, totalizou 14.893 euros e, por último, um conjunto de investimentos efetuados nos parques de estacionamento, concretamente, bombas pluviais – Parque Conde Ferreira, máquina de saída do Parque Afonso Henriques, UPS's nos parques Capitão Leitão, Bento Gonçalves e Laranjeiro, entre outros, totalizando 21.504 euros.

Em **Equipamento de Transporte**, não se previra o investimento em Transporte Próprio (+3.026 euros), tendo este resultado da necessidade de se reforçar a frota automóvel da WeMob, com recurso à legalização de algumas viaturas abandonadas e após decorrerem os prazos legais, optando pela sua recuperação e integração, no lugar do abatimento. Na mesma rubrica, em sede de Orçamento, considerou-se um investimento de 52.032 euros, num reboque e em duas motas, que se verificou ser necessário adiar.

O investimento planeado em **Equipamento Administrativo**, que visava a aquisição de um cofre de contagem para o posto de atendimento em Cacilhas (7.724 euros) foi adiado tendo-se adquirido, no último trimestre, equipamento informático, não previsto, totalizando 1.103 euros.

Em **Outros Ativos Fixos Tangíveis** (12.200 euros), os investimentos previstos em sede de Orçamento 2025 foram adiados, à exceção do investimento relativo ao sistema de videovigilância do Parque da Sobreda. Não previsto, em sede de Orçamento, o investimento na substituição do pilarete da rua pedonal na Costa de Caparica (6.119 euros), na instalação de um sistema de senhas no posto de atendimento, na Costa de Caparica (1.246 euros) e num Servidor para o parque da Costa de Caparica por forma a ser possível a implementação do sistema de leitor de matrículas (3.850 euros).

Em **Ativos Fixos Tangíveis em Curso**, encontram-se, em curso, os investimentos relativos à empreitada de

requalificação no Parque da Sobreda, num total de 26.524 euros.

A 31 de dezembro de 2025, permanece em Ativos Fixos Tangíveis em Curso, o montante de 677.148 euros, relativo às obras de acesso e de ordenamento dos parques de estacionamento das praias. No que se refere a este processo, alguns fatores foram ditando o adiamento das obras e assim a sua conclusão, por parte do Município. Em setembro de 2024, aprovou-se a obra de melhoria das acessibilidades das praias, entre a praia do Rei e a praia da Bela Vista, tendo-se iniciado a intervenção, no que se refere aos acessos às praias, em 2025. Prevê-se que, durante o ano de 2026, sejam concluídas as obras relativas aos parques de estacionamento.

No que se refere aos **Ativos Intangíveis** (21.277 euros):

Em **Ativos Intangíveis** (21.277 euros), os investimentos em softwares, não previstos, dizem respeito a: software para a operacionalização da integração do passe Navegante no Parque de Estacionamento do Parque da Paz (6.500 euros) e Sistema de Gestão Centralização e de Cobrança e Gestão de Acessos para o Parque Comandante António Feio (4.250 euros), totalizando 10.750 euros. Previsto e executado o investimento na implementação da nova versão do software Primavera (554 euros).

Em **Ativos Intangíveis em Curso**, encontra-se em curso, o sistema de faturação integrado – MSS, somando 9.973 euros, que permitirá agilizar as operações de emissão de faturas, fatura/recibo e notas de crédito, bem como o registo dos valores cobrados e a impressão ou envio por e-mail dos documentos emitidos em mobilidade.

O quadro abaixo é demonstrativo da distribuição do investimento concretizado, em 2025, pelas diferentes rubricas:

| INVESTIMENTO | 2025 | Peso % | Orç. Anual | Taxa de Exec. |
|------------------------------------|----------------|-------------|----------------|---------------|
| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | 394.954 | 100% | 312 625 | 126% |
| 1. Edifícios e Outras Construções | 21.196 | 5,37% | 0 | - |
| 2. Equipamento Básico | 330.905 | 83,78% | 170.300 | 194% |
| 3. Equipamento de Transporte | 3.026 | 0,77% | 52.032 | 6% |
| 4. Equipamento Administrativo | 1.103 | 0,28% | 7.724 | 14% |
| 5. Outros Activos Fixos Tangíveis | 12.200 | 3,09% | 82.569 | 15% |
| 6. Ativos Fixos Tangíveis em Curso | 26.524 | 6,72% | 0 | - |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | 21.277 | 100% | 0 | - |
| 1. Programas de Computador | 11.304 | 53,13% | 0 | - |
| 2. Ativos Intangíveis em Curso | 9.973 | 46,87% | 0 | - |

RECURSOS HUMANOS

O ano de 2025 representou para a WeMob um período de continuidade e consolidação do trabalho desenvolvido nos anos anteriores, reforçando a estabilidade organizacional e a implementação dos instrumentos de gestão já introduzidos, nomeadamente o Regulamento de Carreiras e Avaliação do Desempenho e o Regulamento de Estacionamento e Circulação na Via Pública.

Perante os desafios inerentes à atividade da empresa, a área de Recursos Humanos manteve como eixos fundamentais a promoção da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, a igualdade de oportunidades, a paridade de género, bem como a segurança, saúde e valorização profissional dos trabalhadores, designadamente através da formação contínua.

Neste enquadramento, a WeMob prosseguiu o seu compromisso com boas práticas de gestão de pessoas e de promoção da igualdade, dando continuidade ao trabalho desenvolvido.

QUADRO DE PESSOAL

A WeMob terminou o ano de 2025 com um quadro de pessoal composto por 134 trabalhadores.

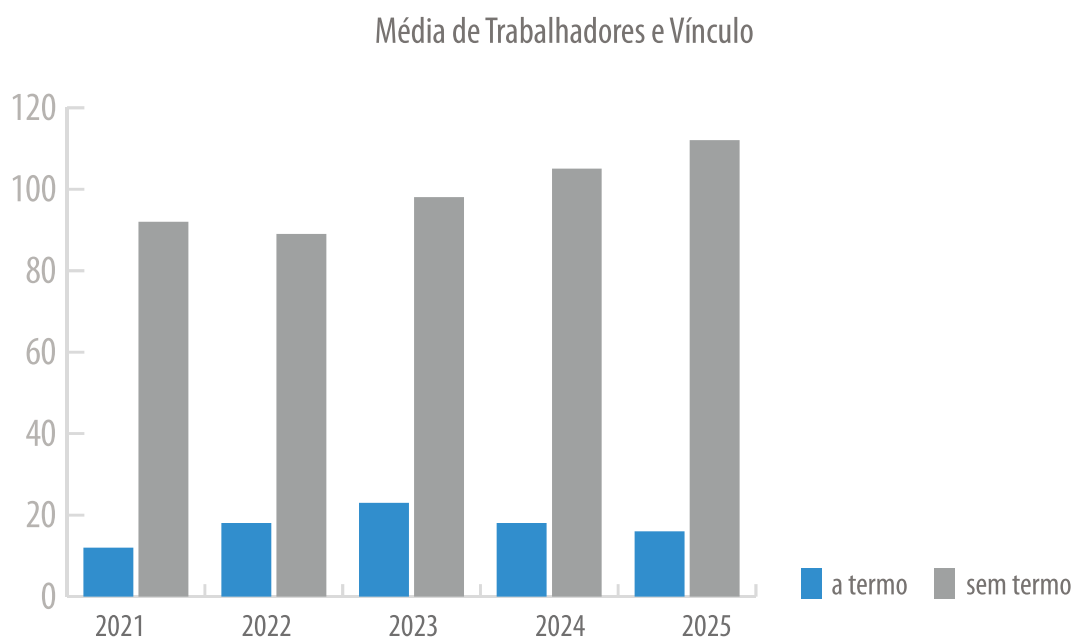
Deste total, 112 trabalhadores integram o quadro de pessoal permanente, 16 têm contrato de trabalho a termo certo e 1 trabalhador tem contrato a termo incerto. Registam-se ainda 2 trabalhadores em regime de comissão de serviço e 1 trabalhador em regime de nomeação.

No âmbito da cooperação institucional, a WeMob celebrou 8 acordos de cedência de interesse público, encontrando-se atualmente trabalhadores da empresa a desempenhar funções na Câmara Municipal de Almada, Câmara Municipal do Seixal, Câmara Municipal da Moita e na Junta de Freguesia do Barreiro. No mesmo âmbito, a WeMob recebeu 1 trabalhador proveniente do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Almada.

Não obstante a preocupação permanente com a estabilidade dos vínculos laborais, as exigências decorrentes da consolidação do Regulamento de Estacionamento e Circulação na Via Pública, bem como das atividades de fiscalização, atendimento e gestão de estacionamento nos diversos parques, particularmente durante a época balnear (entre maio e setembro), implicaram o reforço temporário das equipas, traduzindo-se num aumento da contratação a termo certo nesse período.

Média de Trabalhadores com Contrato a Termo Certo e Sem Termo

(evolução entre 2021 e 2025)



O vínculo laboral predominante na WeMob é, de forma clara, o contrato de trabalho sem termo, refletindo a aposta da empresa na estabilidade e segurança laboral dos seus trabalhadores, bem como na valorização e retenção de talento.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional manteve-se, em 2025, como uma prioridade estratégica da WeMob, sendo transversal a todas as áreas da empresa.

Ao longo do ano, a empresa assegurou ações de formação para todos os trabalhadores, promovendo a aquisição e o desenvolvimento de competências essenciais ao desempenho das funções, bem como ao desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores.

No total, foram ministradas 239 horas de formação, abrangendo diversas áreas e competências, nomeadamente:

- Formação de Agentes de Fiscalização de Estacionamento
- Contratação Pública
- Trabalho em Equipa
- Liderança, Gestão e Motivação de Equipas
- Participação em Conferências
- Legislação Laboral de acordo com o Orçamento do Estado para 2025
- Adobe InDesign
- Direito do Trabalho – Relatório Único
- Workshop de Prevenção de Riscos de Corrupção
- Novas Regras de IVA para 2025
- Webinar sobre Relatórios de Gestão de Risco
- Formação em Transporte Coletivo de Crianças
- Cálculo e Processamento Salarial

Estas iniciativas refletem o compromisso da WeMob com a valorização contínua dos seus trabalhadores, contribuindo para o reforço das competências internas e para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DOS TRABALHADORES

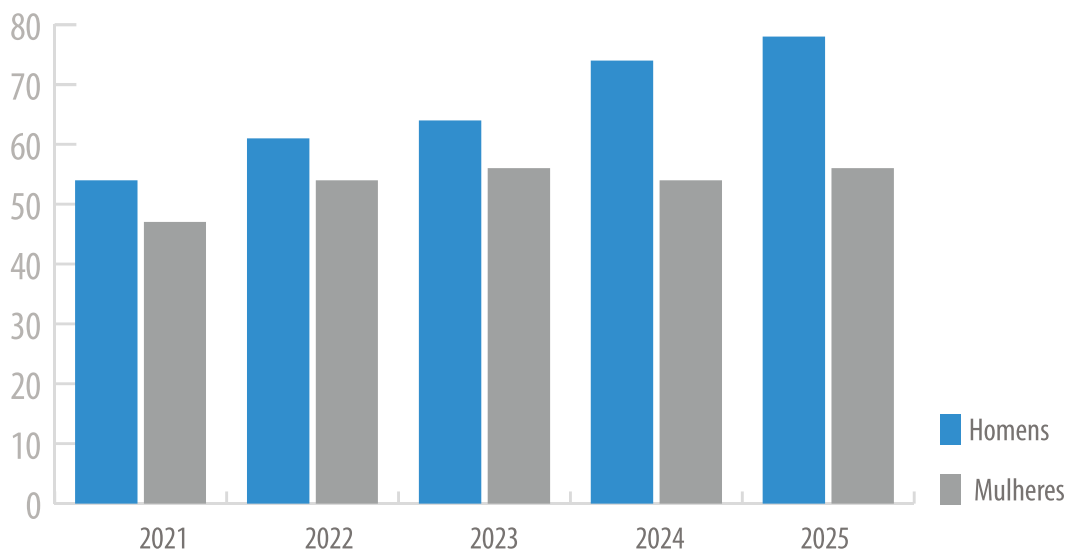
No universo de 134 trabalhadores da WeMob, registam-se 78 homens e 56 mulheres.

Nas áreas operacionais verifica-se uma predominância do género masculino, nomeadamente nos serviços de Parques, Flexibus, Fiscalização, Veículos em Fim de Vida, Frota e Parquímetros.

Por sua vez, o género feminino apresenta maior representatividade nas áreas não operacionais, designadamente em Apoio Administrativo, Atendimento, Jurídico e Contraordenações, Recursos Humanos e Contabilidade.

Esta distribuição reflete, em grande medida, à natureza das funções desempenhadas em cada área, mantendo-se, contudo, o compromisso da WeMob com a igualdade de oportunidades e a valorização de todos os trabalhadores, independentemente do género.

Distribuição por Género



A análise do gráfico permite constatar um aumento do número de trabalhadores do género masculino, tendência que se tem vindo a verificar desde 2022.

Relativamente à distribuição dos trabalhadores pelas áreas operacionais e não operacionais, verifica-se o seguinte:

- Das 56 mulheres, 40 desempenham funções não operacionais e 16 exercem funções nas áreas operacionais.
- Dos 78 homens, 18 desempenham funções não operacionais e 60 exercem funções nas áreas operacionais.

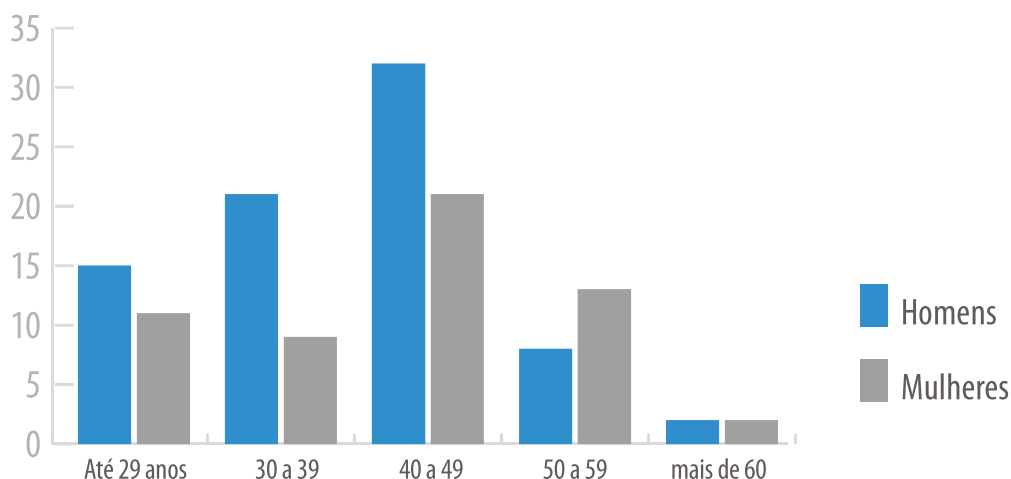
No que respeita aos cargos de Direção e Coordenação, verifica-se uma distribuição equilibrada entre géneros. Nos cargos de Direção, existem 2 homens e 2 mulheres, enquanto na Coordenação se registam 5 homens e 4 mulheres.

Importa ainda salientar que a Presidência do Conselho de Administração é exercida por uma mulher.

ESTRUTURA ETÁRIA

Quanto à idade, os trabalhadores da WeMob têm entre os 21 e os 65 anos,

Distribuição dos Trabalhadores por Género e Idade em 2025



HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Relativamente às habilitações académicas dos trabalhadores, no universo de 134 trabalhadores, verifica-se que entre os homens existe uma predominância de trabalhadores com o 9.º ano de escolaridade, enquanto entre as mulheres predominam níveis de escolaridade mais elevados, nomeadamente o 12.º ano ou o ensino superior.

A WeMob tem vindo a incentivar os seus trabalhadores a prosseguir os estudos, designadamente através do Programa Qualifica, promovendo a conclusão do 12.º ano de escolaridade e a valorização das competências académicas e profissionais.

De forma global, predominam os trabalhadores com o 12.º ano de escolaridade, verificando-se um equilíbrio entre homens e mulheres neste nível de ensino.

Importa ainda referir que 3 trabalhadores beneficiam atualmente do regime de Trabalhador-Estudante, conciliando a atividade profissional com a sua formação académica.

CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PESSOAL E A VIDA PROFISSIONAL

Uma das preocupações da WeMob é garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos seus trabalhadores. Neste contexto, no ano de 2025, registaram-se 15 trabalhadores em regime de horário especial, incluindo flexibilidade de horário, amamentação e regimes híbridos de teletrabalho.

As necessidades de funcionamento da empresa, nomeadamente nas áreas de fiscalização, gestão de parques e atendimento ao público, exigem a organização do trabalho em regime de turnos. Assim, em 2025, 67 trabalhadores têm o seu horário de trabalho organizado em escala, de forma a assegurar a cobertura de todo o período de funcionamento da empresa.

Relativamente à segurança e saúde no trabalho, registaram-se 9 acidentes de trabalho. Todos os casos foram objeto de análise e avaliação, tendo sido implementadas as medidas corretivas necessárias, com o objetivo de prevenir a ocorrência de situações semelhantes no futuro e reforçar a segurança no local de trabalho.

FACTOS RELEVANTES:

Como referido, no início do documento, elegem-se como factos relevantes, em 2025:

- A implementação da 3ª fase de expansão do Regulamento de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública e a avaliação, volvido um ano da implementação das fases anteriores, do impacto positivo deste Regulamento nas condições de mobilidade, em Almada e na Costa de Caparica;
- A criação de mais um Parque de Estacionamento, localizado na Rua Comandante António Feio, em Cacilhas, disponibilizando 110 lugares de estacionamento e contribuindo para atenuar os problemas de estacionamento, naquela zona e, ao mesmo tempo, reduzir o estacionamento abusivo e impeditivo da mobilidade, em geral, e da fruição pedonal em particular;
- A integração do passe Navegante, no Parque de Estacionamento do Parque da Paz, como forma de, por um lado, incentivar à utilização de transportes públicos, em detrimento do transporte individual e, por outro lado, limitar o número de veículos no centro da cidade
- A abertura, em julho, do parque para Veículos em Fim de Vida, da Quinta da Matosa, na Sobreda, após a requalificação do espaço, dotando-o das condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho e à guarda, em segurança, desta natureza de veículos, permitindo atenuar a principal dificuldade sentida, ao longo dos anos, nesta área de atividade, isto é, a falta de espaço para depósito e guarda destes veículos. A abertura deste parque, teve impacto, também, nas condições de mobilidade, pela libertação de lugares de estacionamento na via pública por via da remoção de veículos com sinais de abandono, da via pública.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2025:

Regulamento de Estacionamento:

- Atualização dos tarifários dos parquímetros e dos parques de estacionamento à superfície, de acordo com o previsto no Regulamento de Estacionamento;
- Preparação da 4ª, e última fase de expansão, do Regulamento de Estacionamento.

PERSPETIVAS PARA 2026

- Conclusão da implementação do Regulamento de Estacionamento (expansão das zonas 04 e 10);
- Alteração do atual Regulamento dos Parques de Estacionamento em Edifícios;
- Promoção de iniciativas/eventos/publicidade, nos parques de estacionamento WeMob;
- Promoção de iniciativas/eventos capazes de consciencializar para a importância da adoção de modos de mobilidade suaves, amigas do ambiente;
- Avaliação, em articulação com o Município, da criação de bolsas de estacionamento, em concreto, em algumas das zonas com maior carência de lugares de estacionamento e, por isso, mais desordenadas, impactando, de forma negativa, as condições de mobilidade;
- Avaliação, em articulação com o Município, do possível alargamento de competências da WeMob, nomeadamente, na Gestão do Litoral e da possível transferência, para a WeMob, das áreas da Mobilidade e da Fiscalização, atualmente, integradas na Câmara Municipal de Almada;
- Implementação de um Manual de Procedimentos e de Controlo Interno, transversal a todas as áreas de atividade da empresa;
- Desenvolvimento de auditorias internas, transversais a todas as áreas da empresa;
- Melhoramento das funcionalidades do site da WeMob;
- Criação de redes sociais com o objetivo de melhor informar acerca do trabalho e das iniciativas, desenvolvidas pela WeMob, com impacto positivo na qualidade de vida de quem vive, trabalha ou visita Almada e a Costa de Caparica;
- Desenvolvimento de campanhas de sensibilização, em articulação com o Município, capazes de incentivar a uma maior utilização dos transportes públicos, em detrimento do transporte individual, com impacto positivo no ambiente e na libertação de lugares de estacionamento no centro da cidade;
- Desenvolvimento de campanhas de sensibilização, junto das escolas;
- Continuação da aposta na formação dos trabalhadores;
- Abertura de processos de mobilidade interna contribuindo para uma maior motivação e realização profissional dos trabalhadores, com impacto positivo para a empresa;
- Melhoria significativa e, em definitivo, das condições de trabalho, na Costa de Caparica;
- Avaliação de soluções que permitam a concentração de todos os serviços da WeMob num único espaço, melhorando a articulação entre departamentos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto na alínea f) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em consideração os demais preceitos legais, bem como os objetivos apresentados neste relatório, propõe-se que o Resultado Líquido Positivo, do período de 2025, no montante de 977,29 euros, seja transferido para Reservas Legais (928,43 euros) e o restante para Outras Reservas (48,86 euros).

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Os membros do Conselho de Administração não detêm quaisquer ações da Sociedade, sendo o Município de Almada detentor de 100% do Capital Social da Sociedade.

A WeMob não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhe foram concedidos quaisquer empréstimos.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal e sector privado.

Não existem dívidas em mora perante a segurança social

Houve a continuidade do Contrato Programa, celebrado entre o Município de Almada e a WeMob.

A fixação de preços praticados, no estacionamento tarifado à superfície e nos parques de estacionamento está sujeita às orientações do Município de Almada; os valores relativos às taxas de remoção, bloqueio e depósito são fixados por Portaria (Portaria 1424/2001, alterada pela portaria 1334-F/2010); os valores das coimas aplicadas constam do Código da Estrada.

O rendimento proveniente da venda de Veículos em Fim de Vida varia em função do valor da tonelada do ferro.

No que respeita às atividades cuja sustentabilidade não é garantida, em virtude de os rendimentos gerados serem inferiores aos gastos, por se adotarem políticas condicionadas por fatores de ordem social – Parques Subterrâneos, Parque Afonso Henriques, Parque de Estacionamento do Parque da Paz, Gestão e Controlo de Pilaretes – Cacilhas e Costa de Caparica, Serviço de Mobilidade Inclusiva - *Flexibus* – bem como a Gestão de Veículos em Fim de Vida estão, parcialmente, cobertas financeiramente pelo Contrato-Programa 2025, estabelecido entre o Município de Almada e a WeMob.

NOTAS FINAIS

A mobilidade tem sido um dos maiores desafios das cidades modernas. A utilização excessiva de veículos particulares, as necessidades de deslocação pendular, o planeamento urbano e o estacionamento são desafios com que todas as cidades se deparam. Almada não é exceção.

A transformação do concelho de Almada, nos últimos anos, determinou um aumento substancial da população residente, bem como do número de visitantes. Este crescimento traduziu-se num aumento da pressão demográfica e, conseqüentemente, nos desafios colocados às autoridades públicas, designadamente à WeMob. Este relatório é reflexo dessa realidade.

A aplicação da regulamentação que permite uma efetiva regulação do estacionamento, a recolha de veículos em fim de vida, o serviço *Flexibus* e a gestão do litoral evidenciam aumentos nos níveis de serviço da WeMob ao longo de 2025. Estes resultados podem não se traduzir diretamente em lucros. A explicação é simples: a WeMob procura sempre, na sua atuação, o equilíbrio entre o serviço público que presta e a eficiência da sua gestão.

Em 2025, a WeMob, em articulação com o Município, implementou quase na totalidade o Regulamento de Estacionamento, melhorando o ordenamento do estacionamento e promovendo a rotatividade em zonas onde a procura por lugares é significativamente superior à oferta. Ao mesmo tempo, disponibilizaram-se mais lugares de estacionamento através da transformação das anteriores zonas de residentes em Zonas mistas e da introdução de novos dísticos.

Durante este ano, o foco esteve, sobretudo, na continuação da implementação do Regulamento de Estacionamento e na avaliação do impacto das alterações introduzidas nas condições de mobilidade.

Por outro lado, a abertura do Parque de Estacionamento Comandante António Feio, em Cacilhas, e a integração do passe Navegante no Parque de Estacionamento do Parque da Paz contribuíram para ajustar a oferta à procura por estacionamento em Cacilhas. Paralelamente, foi dado um primeiro passo no incentivo à utilização de transportes públicos em detrimento do transporte individual, com as vantagens amplamente reconhecidas.

A retirada de veículos com sinais de abandono da via pública — que libertam substâncias nocivas ao ambiente

e ocupam indevidamente espaço público — continua também a ser uma prioridade da WeMob. Assim, a abertura de mais um espaço para guarda destes veículos, na Quinta da Matosa, em 2025, permitiu aumentar o número de viaturas removidas.

Além disso, as competências da WeMob na gestão do litoral têm sido fundamentais para contribuir, dentro das limitações do seu âmbito de atuação, para a excelência e qualidade das praias do concelho, constituindo igualmente uma importante fonte de receita para o orçamento e atividade da empresa.

Nos últimos anos, a WeMob evoluiu, cresceu e alargou as suas competências. É tempo de prosseguir esse caminho, mas também de refletir, planear e agir.

É certo que o Regulamento de Estacionamento veio melhorar de forma significativa as condições de mobilidade. Contudo, sabemos que ainda há muito por fazer. Em Almada, como em muitas outras cidades, o espaço urbano não é suficiente para o elevado número de carros que entram diariamente na cidade. Não há espaço para tantos veículos.

É necessário melhorar a qualidade de vida urbana, colocando as pessoas no centro das decisões e não os automóveis. Torna-se essencial estudar e criar condições para que o uso do transporte público facilite efetivamente a vida das pessoas, em vez de a dificultar, como ainda acontece em alguns casos. Só assim será possível libertar a cidade da pressão excessiva do automóvel. Importa também aproveitar bolsas de estacionamento existentes para promover um melhor ordenamento do espaço público. A WeMob pode — e deve — ambicionar ir mais longe no domínio da mobilidade e da gestão do litoral.

Nos próximos anos, tendo em conta as soluções adotadas, os critérios de gestão estabelecidos e o eventual alargamento das atribuições da WeMob, será possível perspetivar um caminho de autossustentabilidade financeira da empresa.

Contudo, ao olhar para o presente e para o futuro, não devemos descurar a história da WeMob e o percurso que permitiu chegar até aqui. Por essa razão, é justo deixar um agradecimento ao anterior Conselho de Administração pelo trabalho desenvolvido, num período particularmente exigente.

Da mesma forma, não poderia deixar de ser dirigido um agradecimento especial aos trabalhadores da WeMob, pela confiança, dedicação e profissionalismo com que têm desempenhado as suas funções, contribuindo decisivamente para elevar a qualidade dos serviços prestados por esta empresa municipal.

| | ORÇ. | EXEC. | TX. EXEC. |
|--|------------------|------------------|--------------|
| RENDIMENTOS | 4 331 091 | 4 584 263 | 106% |
| Vendas | 125 000 | 104 249 | 83% |
| Prestações de Serviços | 3 722 692 | 3 906 895 | 105% |
| Flexibus | | | |
| Parques | 951 930 | 926 255 | 97% |
| CMA | 412 478 | 424 772 | 103% |
| - Avenças | 323 387 | 333 206 | 103% |
| - Rotativos | 89 091 | 89 614 | 101% |
| - Outros | 0 | 1 952 | - |
| Bento Gonçalves | 86 277 | 86 000 | 100% |
| - Avenças | 51 368 | 51 421 | 100% |
| - Rotativos | 34 909 | 34 579 | 99% |
| Laranjeiro | 67 174 | 69 725 | 104% |
| - Avenças | 66 667 | 69 386 | 104% |
| - Rotativos | 508 | 339 | 67% |
| Luísa Sigêia | 76 618 | 76 482 | 100% |
| - Avenças | 73 631 | 73 699 | 100% |
| - Rotativos | 2 986 | 2 782 | 93% |
| Conde Ferreira | 106 108 | 113 246 | 107% |
| - Avenças | 93 862 | 100 891 | 107% |
| - Rotativos | 12 246 | 12 355 | 101% |
| Capitão Leitão | 76 301 | 77 367 | 101% |
| - Avenças | 37 860 | 37 809 | 100% |
| - Rotativos | 38 441 | 39 558 | 103% |
| Afonso Henriques | 46 425 | 56 035 | 121% |
| - Avenças | 7 352 | 7 617 | 104% |
| - Rotativos | 39 072 | 48 417 | 124% |
| Comandante António Feio | 35 750 | 9 593 | 27% |
| Costa Caparica parque | 135 000 | 129 782 | 96% |
| Praias | 320 077 | 304 959 | 95% |
| Rei | 112 653 | 110 288 | 98% |
| Rainha | 193 424 | 194 671 | 101% |
| Morena | 7 000 | 0 | 0% |
| Sereia | 7 000 | 0 | 0% |
| Parque da Paz | 2 200 | 1 115 | 51% |
| Apoios de Praia | 383 741 | 407 205 | 106% |
| Urbanos | 217 966 | 215 155 | 99% |
| Não Urbanos (TRH) | 122 133 | 135 703 | 111% |
| Taxas (ZAB)/outros (armazéns) | 43 642 | 56 347 | 129% |
| Taxas Infrações | 344 326 | 351 586 | 102% |
| Bloqueios | 61 122 | 114 479 | 187% |
| Remoções | 213 395 | 166 268 | 78% |
| Diárias | 69 809 | 70 839 | 101% |
| Taxas Infrações - VFV's | 31 288 | 49 016 | 157% |
| Remoções | 14 765 | 16 810 | 114% |
| Diárias | 16 523 | 32 206 | 195% |
| Coimas | 1 221 632 | 974 520 | 80% |
| WeMob - Cobrança Directa | 1 050 320 | 811 145 | 77% |
| ANSR - % transferida | 3 000 | 177 | 6% |
| Agravamento/Custas/Execuções | 149 168 | 142 978 | 96% |
| Autos externos: | 19 144 | 20 220 | 106% |
| - PSP (coimas + agravamento + custas) | 14 784 | 13 320 | 90% |
| - GNR (coimas + agravamento + custas) | 4 360 | 6 900 | 158% |
| Parquímetros com título | 667 175 | 989 444 | 148% |
| Parquímetros Almada | 392 627 | 639 193 | 163% |
| Parquímetros Costa Caparica | 238 547 | 324 691 | 136% |
| Cacilhas ('Morro') | 36 000 | 25 559 | 71% |
| Feijó (Levante) | 0 | 0 | - |
| Parquímetros sem título | 94 100 | 124 634 | 132% |
| COI Almada | 41 500 | 65 520 | 158% |
| COI Costa Caparica | 52 600 | 59 114 | 112% |
| Dísticos | 28 500 | 84 234 | 296% |
| Dísticos Almada | 20 000 | 65 847 | 329% |
| Dísticos Caparica | 8 500 | 15 309 | 180% |
| Taxas administrativas | 0 | 3 078 | - |
| Subsídios à exploração | 480 000 | 480 000 | 100% |
| Flexibus | 120 000 | 120 000 | 100% |
| Parques CMA | 125 000 | 125 000 | 100% |
| Parque Av AH | 20 000 | 20 000 | 100% |
| VFV | 155 000 | 155 000 | 100% |
| Gestão de Pilaretos (Cacilhas e Costa de Cap.) | 20 000 | 20 000 | 100% |
| Parque da Paz | 40 000 | 40 000 | 100% |
| Outros rendimentos e ganhos | 3 400 | 93 119 | 2739% |

_ Mapa de Rendimentos e Gastos :: 2025
_ PÁGINA 1 DE 2

| | ORÇ. | EXEC. | TX. EXEC. |
|---|------------------|------------------|-------------|
| GASTOS | 4 309 660 | 4 579 126 | 106% |
| Fornecimentos e Serv Externos | 1 230 049 | 1 246 401 | 101% |
| Serviços Especializados | 592 668 | 601 790 | 102% |
| Trabalhos Especializados | 297 326 | 264 421 | 89% |
| Publicidade e Propaganda | 5 000 | 5 977 | 120% |
| Vigilância e Segurança | 46 870 | 52 140 | 111% |
| Honorários | 16 800 | 15 400 | 92% |
| Comissões Via Verde | 30 000 | 35 142 | 117% |
| Conservação e Reparação | 60 000 | 88 073 | 147% |
| Serviços Bancários | 24 507 | 27 766 | 113% |
| Outros (F.Ambientais/Distrib.Coimas/outros) | 112 165 | 112 871 | 101% |
| Materiais | 58 500 | 48 591 | 83% |
| Ferramentas e Utensílios | 16 100 | 10 509 | 65% |
| Livros e Documentação Técnica | 1 650 | 364 | 22% |
| Material de Escritório | 29 065 | 32 299 | 111% |
| Artigos para Oferta | 8 800 | 703 | 8% |
| Outros | 2 885 | 2 347 | 81% |
| Ferramentas e Acessórios | 0 | 2 369 | - |
| Energia e Fluidos | 130 940 | 115 429 | 88% |
| Electricidade | 88 000 | 75 181 | 85% |
| Combustíveis | 38 000 | 34 913 | 92% |
| Água | 4 940 | 5 375 | 109% |
| Outros | 0 | -40 | - |
| Deslocações, Estadas e Transportes | 1 295 | 2 240 | 173% |
| Serviços Diversos | 446 646 | 478 351 | 107% |
| Rendas e Alugueres | 179 160 | 165 786 | 93% |
| Comunicações | 191 662 | 235 253 | 123% |
| Seguros | 13 111 | 15 633 | 119% |
| Contencioso e Notariado | 27 634 | 24 012 | 87% |
| Despesas de Representação | 459 | 350 | 76% |
| Limpeza, Higiene e Conforto | 34 620 | 37 318 | 108% |
| Gastos com Pessoal | 2 817 825 | 2 973 479 | 106% |
| Órgãos Sociais | 64 652 | 65 388 | 101% |
| Remunerações | 52 516 | 53 140 | 101% |
| Encargos Sociais | 12 136 | 12 248 | 101% |
| Pessoal | 2 651 569 | 2 761 841 | 104% |
| Remunerações | 2 183 916 | 2 267 048 | 104% |
| Encargos Sociais | 467 652 | 494 793 | 106% |
| Indemnizações | 0 | 16 606 | - |
| Seg. Acidentes de Trab. | 22 395 | 40 333 | 180% |
| Gastos Ação Social/Seguros/EPI's | 52 710 | 65 114 | 124% |
| Outros Gastos c/ Pessoal | 26 500 | 24 198 | 91% |
| Fardamento | 15 000 | 13 562 | 90% |
| Formação | 10 000 | 9 886 | 99% |
| Credenciação - Agentes Fiscalização | 1 500 | 750 | 50% |
| Gastos depreciação amort | 235 173 | 258 609 | 110% |
| Outros gastos e perdas | 13 201 | 88 155 | 668% |
| Gastos perdas financiamento | 13 413 | 12 482 | 93% |

| | ORÇ. | EXEC. |
|---------------------------------|---------------|--------------|
| RESULTADO (antes de IRC) | 21 432 | 5 137 |

_ Mapa de Rendimentos e Gastos :: 2025
_ PÁGINA 2 DE 2

Almada, 20 de março de 2026

O Conselho de Administração

Assinado por: **Diogo Carrasqueiras Pereira**
Num. de Identificação: 13200203
Data: 2026.03.20 22:57:58+00'00'



Assinado por: **FILIFE ALEXANDRE PARDAL**
PACHECO
Data: 2026.03.21 14:41:08 +0000

Filife Pacheco
|Vogal|

Assinado por: **Margarida Maria Matos Coelho**
Num. de Identificação: 08452034
Data: 2026.03.20 21:52:52+00'00'

Margarida Coelho
|Vogal|

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos informar o seguinte:

Administração

| Ações detidas em 01-01-2025 | Quantidade |
|--|------------|
| Ana Luísa Lima Ferreira (Presidente do Conselho de Administração) | 0 |
| Filipe Alexandre Pardal Pacheco (Vogal do Conselho de Administração) | 0 |
| Hélio Jorge Ferreira dos Anjos (Vogal do Conselho de Administração) | 0 |
| Ações adquiridas no exercício | |
| Nada a referir | |
| Ações vendidas no exercício | |
| Nada a referir | |
| Ações detidas em 31-12-2025 | |
| Ana Luísa Lima Ferreira (Presidente do Conselho de Administração) | 0 |
| Filipe Alexandre Pardal Pacheco (Vogal do Conselho de Administração) | 0 |
| Hélio Jorge Ferreira dos Anjos (Vogal do Conselho de Administração) | 0 |

Restantes Órgãos

De resto, nem o Fiscal Único, nem o Fiscal Suplente, nem os demais administradores da Sociedade, foram titulares, durante todo o exercício de 2025, de quaisquer ações representativas do Capital Social da Sociedade, não lhes sendo aplicáveis as previsões dos números 2 e 3 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante todo o exercício de 2025 e até à presente data, a Sociedade não procedeu à emissão de obrigações de qualquer natureza.

Almada, 20 de março de 2026

O Conselho de Administração

Assinado por: **Diogo Carrasqueiras Pereira**

Num. de Identificação: 13200203

Data: 2026.03.20 22:52:34+00'00'

Assinado por: **FILIFE ALEXANDRE PARDAL**

PACHECO

Data: 2026.03.21 14:41:36 +0000

Assinado por: **Margarida Maria Matos Coelho**

Num. de Identificação: 08452034

Data: 2026.03.20 21:55:46+00'00'



Filipe Pacheco
|Vogal|

Margarida Coelho
|Vogal|

RELATÓRIO & CONTAS 2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



_Balço Individual . 31 de Dezembro de 2025

UM: Euros

| RUBRICAS | Notas | 31. dez. 2025 | 31. dez. 2024 |
|--|--------|---------------------|---------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 1 643 902,44 | 1 487 252,55 |
| Ativos Intangíveis | 6 | 38 789,85 | 44 293,35 |
| Outros Investimentos financeiros | 7 | 9 991,23 | 9 991,23 |
| Subtotal | | 1 692 683,52 | 1 541 537,13 |
| Ativo corrente | | | |
| Cientes | 8 | 37 955,09 | 23 290,23 |
| Estado e outros entes públicos | 10 | 322,00 | 2 991,58 |
| Outros créditos a receber | 11 | 312 687,58 | 278 559,24 |
| Diferimentos | 12 | 33 912,35 | 39 658,96 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 62 939,23 | 105 471,44 |
| Subtotal | | 447 816,25 | 449 971,45 |
| Total do ativo | | 2 140 499,77 | 1 991 508,58 |
| Capital Próprio e Passivo | | | |
| Capital Próprio | | | |
| Capital subscrito | 13 | 1 150 000,00 | 1 150 000,00 |
| Reservas Legais | 13 | 46 173,91 | 45 222,97 |
| Outras reservas | 13 | 5 457,25 | 5 407,20 |
| Resultados transitados | 13 | - | (1 731,76) |
| Ajustamentos/outras variações no capital próprio | 13, 17 | 5 246,09 | 8 907,85 |
| Subtotal | | 1 206 877,25 | 1 207 806,26 |
| Resultado líquido do período | 13 | 977,29 | 2 732,75 |
| Total do capital próprio | | 1 207 854,54 | 1 210 539,01 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Financiamentos Obtidos | 9,15 | 130 403,13 | 90 501,54 |
| Subtotal | | 130 403,13 | 90 501,54 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 14 | 102 671,28 | 70 121,13 |
| Estado e outros entes publicos | 10 | 95 684,90 | 81 379,92 |
| Financiamentos obtidos | 9,15 | 150 245,72 | 24 982,43 |
| Outras dívidas a pagar | 11 | 425 555,17 | 487 827,37 |
| Diferimentos | 12 | 28 085,03 | 26 157,18 |
| Subtotal | | 802 242,10 | 690 468,03 |
| Total do passivo | | 932 645,23 | 780 969,57 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 2 140 499,77 | 1 991 508,58 |

Contabilista Certificada

Assinado por: **Ana Cristina Domingos dos Santos Páscoa**
 Num. de Identificação: 10525293
 Data: 2026.03.20 15:35:37+00'00'



O Conselho de Administração

Assinado por: **Diogo Carrasqueiras Pereira**
 Num. de Identificação: 13200203
 Data: 2026.03.20 22:55:00+00'00'



Assinado por: **FILIFE ALEXANDRE PARDAL PACHECO**
 Data: 2026.03.21 13:29:11 +0000



_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA
 . Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UM: Euros

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | 2025 | 2024 |
|--|--------|-------------------|-------------------|
| Vendas e serviços prestados | 16 | 4 011 144,20 | 3 646 237,47 |
| Subsídios à exploração | 17, 22 | 480 000,00 | 480 000,00 |
| Fornecimentos e serviços externos | 18 | (1 246 400,95) | (1 216 282,66) |
| Gastos com pessoal | 19 | (2 973 478,98) | (2 710 603,90) |
| Outros rendimentos e ganhos | 17, 20 | 93 119,06 | 22 015,71 |
| Outros gastos e perdas | 20 | (88 155,92) | (13 570,17) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 276 227,41 | 207 796,45 |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | 5,6 | (258 608,63) | (184 654,43) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 17 618,78 | 23 142,02 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e gastos similares suportados | 20 | (12 481,98) | (14 570,10) |
| Resultado antes de impostos | | 5 136,80 | 8 571,92 |
| Impostos sobre o rendimento do período | 10,21 | (4 159,51) | (5 839,17) |
| Resultado líquido do período | | 977,29 | 2 732,75 |

Contabilista Certificada

Assinado por: **Ana Cristina Domingos dos Santos Páscoa**
 Num. de Identificação: 10525293
 Data: 2026.03.20 15:36:24+00'00'



O Conselho de Administração
 Assinado por: **Diogo Carrasqueiras Pereira**
 Num. de Identificação: 13200203
 Data: 2026.03.20 22:55:43+00'00'



Assinado por: **FILIPE ALEXANDRE PARDAL PACHECO**
 Data: 2026.03.21 13:29:32 +0000



Assinado por: **Margarida Maria Matos Coelho**
 Num. de Identificação: 08452034
 Data: 2026.03.20 21:59:27+00'00'

_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 . Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UM: Euros

| | Notas | 2025 | 2024 |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| ACTIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de clientes | | 4 463 281,34 | 3 821 253,32 |
| Pagamentos a fornecedores | | -1 383 622,43 | -1 356 358,90 |
| Pagamentos ao pessoal | | -2 804 917,27 | -2 558 902,55 |
| Caixa gerada pelas operações | | 274741,64 | -94 008,13 |
| Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento | | -6 323,30 | -2 215,35 |
| Outros recebimentos / pagamentos | | 109 511,16 | 307 102,17 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) | | 377 929,50 | 210 878,69 |
| ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| PAGAMENTOS RESPEITANTES A: | | | |
| Activos fixos tangíveis | | -540 496,21 | -401 070,47 |
| Activos intangíveis | | -32 616,40 | |
| Investimentos financeiros | | | |
| Outros activos | | | |
| RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: | | | |
| Investimentos financeiros | | | 12 399,00 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) | | -573 112,61 | -388 671,47 |
| ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 1 230 000,00 | 870 000,44 |
| Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio | | | |
| Cobertura de prejuízos | | | |
| Outras operações de financiamento | | | |
| PAGAMENTOS RESPEITANTES A: | | | |
| Financiamentos obtidos | | -1 064 835,12 | -897 939,94 |
| Juros e custos similares | | -12 513,98 | -14 570,10 |
| Dividendos | | | |
| Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio | | | |
| Outras operações de financiamento | | | |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3) | | 152 650,90 | -42 509,60 |
| Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3) | | -42 532,21 | -220 302,38 |
| CAIXA e EQUIVALENTES no INÍCIO do PERÍODO | 4 | 105 471,44 | 325 773,82 |
| CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO | 4 | 62 939,23 | 105 471,44 |

Contabilista Certificada

Assinado por: **Ana Cristina Domingos dos Santos Páscoa**
 Num. de Identificação: 10525293
 Data: 2026.03.20 15:37:07+00'00'



O Conselho de Administração
 Assinado por: **Diogo Carrasqueiras Pereira**
 Num. de Identificação: 13200203
 Data: 2026.03.20 22:56:38+00'00'



Assinado por: **FILIFE ALEXANDRE PARDAL PACHECO**
 Data: 2026.03.21 12:36:42 +0000



Assinado por: **Margarida Maria Matos Coelho**
 Num. de Identificação: 08452034
 Data: 2026.03.20 22:00:54+00'00'

_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

. Período findo em 31 de dezembro 2024

UM: Euros

| Rubricas | Notas | Capital subscrito | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | * AVCP | ** RLP | Total do C. Próprio |
|--|--------------------|---------------------|------------------|-----------------|------------------------|-----------------|-------------------|---------------------|
| POSIÇÃO NO INICIO DE 01-01-2024 | 6 | 1 150 000,00 | 45 222,97 | 5 407,20 | (12 247,15) | 8 743,56 | 10 515,39 | 1 207 641,97 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | |
| Primeira adopção de novo referencial contabilístico | | | | | | | | - |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | | - |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | | - |
| Realização do excedente de revalorização de activos | | | | | | | | - |
| Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações | | | | | | | | - |
| Ajustamentos por impostos diferidos | 13 | | | | | 7 180,73 | | 7 180,73 |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | 13 | | | | 10 515,39 | (7 016,44) | (10 515,39) | (7 016,44) |
| | 7 | - | - | - | 10 515,39 | 164,29 | (10 515,39) | 164,29 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 8 | | | | | | 2 732,75 | 2 732,75 |
| RESULTADO INTEGRAL | 9=7+8 | - | - | - | 10 515,39 | 164,29 | (7 782,64) | 2 897,04 |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | | | | | | | - |
| Realizações de prémios de emissão | | | | | | | | - |
| Distribuições | | | | | | | | - |
| Entradas para cobertura de perdas | 13 | | | | | | | - |
| Outras operações | | | | | | | | - |
| | 10 | - | - | - | - | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2024 | 11=6+7+8+10 | 1 150 000,00 | 45 222,97 | 5 407,20 | (1 731,76) | 8 907,85 | 2 732,75 | 1 210 539,01 |

* Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

** Resultado líquido do período

_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

. Período findo em 31 de dezembro 2025

UM: Euros

| Rubricas | Notas | Capital subscrito | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | * AVCP | ** RLP | Total do C. Próprio |
|--|--------------------|---------------------|------------------|-----------------|------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| POSIÇÃO NO INICIO DE 01-01-2025 | 6 | 1 150 000,00 | 45 222,97 | 5 407,20 | (1 731,76) | 8 907,85 | 2 732,75 | 1 210 539,01 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | |
| Primeira adopção de novo referencial contabilístico | | | | | | | | - |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | | - |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | | - |
| Realização do excedente de revalorização de activos | | | | | | | | - |
| Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações | | | | | | | | - |
| Ajustamentos por impostos diferidos | 13 | | | | | 1 617,60 | | 1 617,60 |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | 13 | | 950,94 | 50,05 | 1 731,76 | (5 279,36) | (2 732,75) | (5 279,36) |
| | 7 | - | 950,94 | 50,05 | 1 731,76 | (3 661,76) | (2 732,75) | (3 661,76) |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 8 | | | | | | 977,29 | 977,29 |
| RESULTADO INTEGRAL | 9=7+8 | - | 950,94 | 50,05 | 1 731,76 | (3 661,76) | (1 755,46) | (2 684,47) |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | | | | | | | - |
| Realizações de prémios de emissão | | | | | | | | - |
| Distribuições | | | | | | | | - |
| Entradas para cobertura de perdas | 13 | | | | | | | - |
| Outras operações | | | | | | | | - |
| | 10 | - | - | - | - | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2025 | 11=6+7+8+10 | 1 150 000,00 | 46 173,91 | 5 457,25 | - | 5 246,09 | 977,29 | 1 207 854,54 |

* Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

** Resultado líquido do período

Contabilista Certificado

Assinado por: **Diogo Carrasqueiras Pereira**

Num. de Identificação: 13200203

Data: 2026.03.20 22:48:43+00'00'

O Conselho de Administração

Assinado por: **FILIPE ALEXANDRE PARDAL****PACHECO**

Data: 2026.03.21 12:37:55 +0000

Assinado por: **Margarida Maria Matos Coelho**

Num. de Identificação: 08452034

Data: 2026.03.20 22:02:36+00'00'

Assinado por: **Ana Cristina Domingos dos Santos Páscoa**

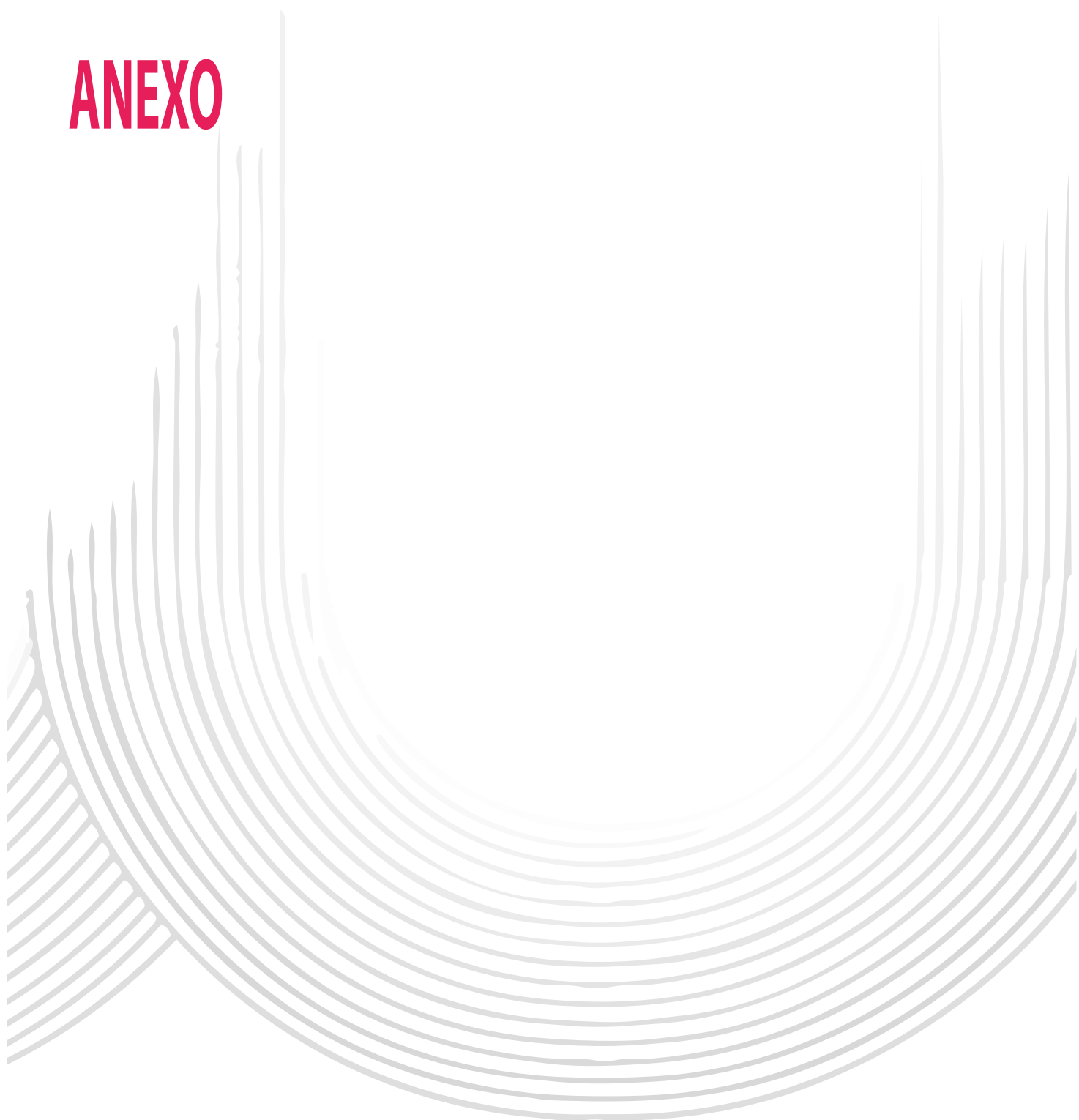
Num. de Identificação: 10525293

Data: 2026.03.20 15:37:56+00'00'



RELATÓRIO & CONTAS 2025

ANEXO



Nota 1. Identificação da entidade

A WEMOB, EM, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. Foi criada por proposta N° 64/VIII de iniciativa da Câmara Municipal de Almada e aprovada em Reunião Camarária de 21/04/2004, iniciou a sua atividade em agosto de 2004, tem a sua sede na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 5/7, em Almada. É detida a 100% pelo Município de Almada com sede na Rua Trigueiros Martel n° 1 2800-213 Almada.

A empresa tem como objetivos:

. a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, produção e distribuição de energia elétrica e sistemas de apoio à mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade e transporte público urbano de passageiros.

. o objeto social compreende, ainda, o exercício das seguintes atividades:

a) Promoção, Gestão do Estacionamento Público Urbano, incluindo a Construção, Gestão, Exploração, Manutenção de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, em conformidade com as leis, regulamentos e deliberações dos órgãos municipais;

b) Fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar relacionada com o estacionamento público, incluindo a instrução e decisão dos processos de contraordenação rodoviárias nessa matéria;

c) Exploração direta de parques de estacionamento públicos;

d) Prestação de serviços de apoio conexos com o sistema de mobilidade (controlo do acesso a vias pedonais e vias de acesso condicionado e a vigilância de túneis);

e) Promoção, prestação e gestão do transporte público de passageiros de âmbito local ou municipal;

f) Gestão e operação de produtos partilhados de mobilidade;

g) Construção, exploração e desenvolvimento de infraestruturas de apoio à mobilidade urbana e de produção de energia elétrica, incluindo a sua distribuição e a exploração dos serviços associados a meios de transporte utilizadores de energias alternativas;

h) Execução de intervenções de iniciativa municipal relacionadas com a mobilidade urbana;

i) Promoção de estudos e projetos de ordenamento de áreas de estacionamento e de mobilidade e acessibilidade urbanas, novas tecnologias e métodos de exploração do estacionamento. j) Prestação de serviços de logística urbana;

k) Gestão e fiscalização dos resíduos urbanos e da limpeza, higiene e imagem urbana, incluindo a instrução e decisão dos respetivos processos de contraordenação;

l) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, nomeadamente licenciar e autorizar infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos, com respeito pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis bem como as infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares;

m) Desenvolvimento e exploração dos meios técnicos necessários para a otimização da gestão do estacionamento;

n) Desenvolvimento e exploração de soluções de mobilidade de transportes específicos, nomeadamente no âmbito dos veículos elétricos, de serviço de transporte escolar, de cariz social ou para pessoas com mobilidade reduzida ou em áreas não cobertas pela rede de transportes coletivos da cidade, bem como os que se referem a serviços de transporte complementar ao transporte individual;

o) Desenvolvimento de experiências-piloto no âmbito da aplicação de novas tecnologias, no contexto das suas atividades;

p) Fiscalização e direção da execução das intervenções a seu cargo, bem como a execução de todos os contratos de que seja parte;

q) Administrar o domínio público e privado do Município de Almada que lhe seja afeto para a prossecução das suas atribuições;

r) Conservação e manutenção do seu património;

s) Aquisição e alienação dos bens, equipamentos e direitos a eles relativos e contratar os serviços necessários à prossecução do seu objeto, bem como proceder à organização e atualização do respetivo cadastro;

t) Formação para profissionais na área do estacionamento, mobilidade e gestão de sistemas de apoio à mobilidade urbana;

u) Apoio, organização e gestão de eventos visando a promoção da mobilidade urbana.

. a localização das zonas de intervenção e dos parques de estacionamento municipais caberá à WEMOB, após autorização da Câmara Municipal de Almada, sendo que o Município de Almada afetará os terrenos, caso os detenha, bem como todos os direitos de usufruto sobre o respetivo subsolo à WEMOB, devendo esta por si promover a sua construção e funcionamento.

. no âmbito do seu objeto social contém-se a promoção de todos os procedimentos legais relativos à identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida (VFV) e a WEMOB manterá em pleno funcionamento parques específicos para estacionamento temporário de veículos removidos.

. a WEMOB poderá ainda exercer todas as atividades complementares ou acessórias ao seu objeto social ou outras que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal de Almada ou que se revelem necessárias e adequadas para a sua boa realização.

. na prossecução das atividades que integram o seu objeto social, a WEMOB poderá estabelecer acordos de cooperação empresarial e prestação de serviços com empresas congéneres de cidades em território nacional ou em países terceiros, com as quais existam protocolos de cooperação ou acordos de geminação celebrados pelo Município de Almada, assim contribuindo para apoiar instrumentalmente essa cooperação nacional ou internacional do Município com base na sua experiência acumulada de serviço local e testando soluções a aplicar para a sua atividade local.

É dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) Aprovado pelo DL 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto.

As presentes demonstrações financeiras foram, ainda, preparadas em conformidade com o DL n.º 98/2015, de 2 de junho e com a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que alteraram os DL n.º 158/2009, de 13 de julho e DL n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprovam o SNC.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior:

Nota 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

3.1.1. Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os princípios contabilísticos e com as NCRF, geralmente aceites em Portugal.

Não foram identificadas situações que coloquem em causa a continuidade da empresa.

3.1.2. Pressuposto do acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

| CLASSE DE BENS | ANOS VIDA ÚTIL |
|--------------------------------|----------------|
| Edifícios e outras construções | 4 a 20 |
| Equipamento básico | 3 a 20 |
| Equipamento transporte | 4 a 7 |
| Equipamento administrativo | 3 a 8 |
| Outros ativos | 4 a 12 |

3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.2.3. Participações financeiras

As eventuais participações financeiras são mensuradas abaixo de 20% do custo de aquisição.

3.2.4. Subsídios governamentais e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações) como rendimentos do período durante a vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

3.2.5. Impostos sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 20% sobre a matéria coletável. A matéria coletável inferior a 50 000€ é tributada a 16%.

Ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa geral é de 1,50%, bem como a tributação autónoma sobre encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das

circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão. A Administração da empresa entende, todavia, que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme o disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

3.2.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações, que podem ser imediatamente mobilizáveis a curto prazo de alta liquidez.

3.2.8. Imparidade de ativos

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Se o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

3.2.9. provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões, consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associadas à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

3.2.10. passivos e ativos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.11. financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são apresentados ao custo.

Os juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos, de acordo com o regime do acréscimo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir direito de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos 12 meses após a data de balanço, sendo, nestes casos, classificados como passivo não corrente.

3.2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

3.2.13. Rédito e regime de acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos de contraordenação enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária (ANSR) apenas é reconhecido quando estes são validados pela entidade reguladora.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva, durante o período até à maturidade.

3.2.14. benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no exercício.

Os gastos a curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.15. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço e/ou proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço são refletidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras, se materiais. Não foram identificadas situações que coloquem em causa a continuidade da empresa.

3.2.16. JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam os ativos e passivos, assim como, os rendimentos e os gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento, existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as seguintes:

. A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas.

. A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores residuais.

. A estimativa dos autos de contraordenação notificados em 2025 que se irão receber em 2026.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

Nota 4. Fluxos de caixa

Comparando os períodos findos em 31 dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Caixa e seus equivalentes, que inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, apresenta o seguinte detalhe:

| Designação | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|-------------------|-------------------|------------------|
| Caixa | 19 748,24 | 16 441,80 |
| Depósitos à ordem | 85 723,20 | 46 497,43 |
| | 105 471,44 | 62 939,23 |

Os meios financeiros encontram-se disponíveis para uso.

Nota 5. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

Ativo Bruto

UM: Euros

| | Saldo em 31.dez.2023 | Aumentos | Abates | Correções/Transf. | Saldo em 31.dez.2024 | Aumentos | Abates | Correções/Transf. | Saldo em 31.dez.2025 |
|----------------------------------|----------------------|------------|----------|-------------------|----------------------|------------|-----------|-------------------|----------------------|
| Edifícios e outras construções | 411 722,09 | 28 880,00 | | - | 440 602,09 | 21 195,60 | | | 461 797,69 |
| Equipamento básico | 1 570 270,32 | 241 798,72 | 74912,84 | | 1 737 156,20 | 330 904,77 | 10 430,84 | | 2 057 630,13 |
| Equipamento de transporte | 282 252,46 | 3 252,33 | | | 285 504,79 | 3 025,85 | | | 288 530,64 |
| Equipamento administrativo | 287 270,49 | 3 825,55 | | | 291 096,04 | 1 103,45 | | | 292 199,49 |
| Activos fixos tangíveis em curso | 677 147,68 | - | | | 677 147,68 | 26 523,75 | | | 703 671,43 |
| Outros activos fixos tangíveis | 68 953,19 | 79 169,75 | | | 148 122,94 | 12 200,25 | | | 160 323,19 |
| | 3 297 616,23 | 356 926,35 | 74912,84 | - | 3 579 629,74 | 394 953,67 | 10 430,84 | - | 3 964 152,57 |

Depreciações Acumuladas

UM: Euros

| | Saldo em 31.dez.2023 | Aumentos | Abates | Correções/Transf. | Saldo em 31.dez.2024 | Aumentos | Abates | Correções/Transf. | Saldo em 31.dez.2025 |
|--------------------------------|----------------------|------------|----------|-------------------|----------------------|------------|-----------|-------------------|----------------------|
| Edifícios e outras construções | 276 803,42 | 18 884,82 | | - | 295 688,24 | 12 128,04 | | | 307 816,28 |
| Equipamento básico | 1 275 414,00 | 92 164,65 | 74912,84 | - | 1 292 665,81 | 166 126,81 | 10 430,84 | | 1 448 361,78 |
| Equipamento de transporte | 147 005,13 | 30 652,75 | | - | 177 657,88 | 31 558,22 | | | 209 216,10 |
| Equipamento administrativo | 259 951,03 | 9 702,86 | | - | 269 653,89 | 8 114,76 | | | 277 768,65 |
| Outros activos fixos tangíveis | 42 083,86 | 14 627,51 | | - | 56 711,37 | 20 375,95 | | | 77 087,32 |
| | 2 001 257,44 | 166 032,59 | 74912,84 | - | 2 092 377,19 | 238 303,78 | 10 430,84 | - | 2 320 250,13 |

ATIVO LIQUIDO

1 296 358,79

1 487 252,55

1 643 902,44

O aumento na rubrica edifícios e outras construções é relativo a obras de remodelação e requalificação dos espaços de escritórios sitos na Av. 25 Abril 1974, 7B e 9B.

Em equipamento básico destacam-se:

- . a aquisição de parquímetros (112 unidades/recondicionados),
- . cancelas/barreiras para a Lota na Costa de Caparica,
- . diversas intervenções nos parques de estacionamento, nomeadamente:
 - Parque da Paz – Integração do Cartão Navegante
 - Parque Conde Ferreira – Substituição de bombas pluviais
 - Parque Afonso Henriques – Substituição de Máquina de Saída
 - Parques Capitão Leitão, Bento Gonçalves e Laranjeiro - Substituição de sistemas de UPS (Fontes de alimentação ininterruptas)
 - Parque Comandante António Feio – aquisição de sistema de gestão centralizada e de acessos, aquisição de câmaras e sistema de videovigilância CCTV e substituição do controlador de portas da cabina do elevador
 - Parques da praia do Rei e Rainha – aquisição de equipamentos de videovigilância.

No período findo em 2025, foi efetuado o abate de 71 unidades de bloqueadores (60 inexistentes/desaparecidos e 11 danificados/inoperacionais).

A empresa transferiu para sua propriedade, no período de relato, equipamento de transporte (usado/2ª mão)

– 6 viaturas ligeiras de passageiros, que foram atribuídos aos departamentos de Fiscalização, Parques e Manutenção.

Na rubrica equipamento administrativo, o aumento registado deve-se a aquisição de portátil para a coordenação do departamento de informática.

Em outros ativos fixos tangíveis, a empresa investiu na aquisição de sistemas de senhas para o atendimento, servidor RAMA IP para o Parque P2 e aquisição do pilarete de entrada (zona pedonal Rua Cândido dos Reis), para a Costa de Caparica.

O total da rubrica de ativos fixos tangíveis em curso a 31 de dezembro de 2025 é igual a 703 671,48€. Permanece em Ativos Fixos Tangíveis em Curso, o montante de 677.148 euros, relativo às obras de acesso e de ordenamento dos parques de estacionamento das praias. No que se refere a este processo, alguns fatores foram ditando o adiamento das obras e assim a sua conclusão, por parte do Município. Em setembro de 2024, aprovou-se a obra de melhoria das acessibilidades das praias, entre a praia do Rei e a praia da Bela Vista, tendo-se iniciado a intervenção, no que se refere aos acessos às praias, em 2025. Prevê-se que, durante o ano de 2026, sejam concluídas as obras relativas aos parques de estacionamento. O aumento registado nesta rubrica, no montante de 26 523,76€, é devido à empreitada de requalificação e infraestruturas do parque da Sobreda, que tem como objetivo aparcas Veículos em Fim de Vida (VFV's) que se prevê vir a terminar as obras no 1º trimestre de 2026.

Nota 6. Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, no período de relato e no anterior, bem como nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

| Ativo Bruto | | | | | | | | | | UM: Euros |
|-----------------------------|----------------------|------------|--------|-------------------|----------------------|------------|---------|-------------------|----------------------|-----------|
| | Saldo em 31.dez.2023 | Aquisições | Abates | Correções/Transf. | Saldo em 31.dez.2024 | Aquisições | Aquisi. | Correções/Transf. | Saldo em 31.dez.2025 | |
| Programas de computador | 60 120,04 | | - | - | 60 120,04 | 11 304,00 | - | 21 866,75 | 93 290,79 | |
| Projectos desenvolvimento | 2 282,20 | - | - | - | 2 282,20 | - | - | - | 2 282,20 | |
| Ativos intangíveis em curso | 12 475,25 | 15 866,75 | - | - | 28 342,00 | 9 972,60 | - | (28 342,00) | 9 972,60 | |
| | | | | | | | | | | |
| | 74 877,49 | 15 866,75 | - | - | 90 744,24 | 21 276,60 | - | (6 475,25) | 105 545,59 | |
| Depreciações Acumuladas | | | | | | | | | | UM: Euros |
| | Saldo em 31.dez.2023 | Aquisições | Abates | Correções/Transf. | Saldo em 31.dez.2024 | Aquisições | Aquisi. | Correções/Transf. | Saldo em 31.dez.2025 | |
| Programas de computador | 25 546,85 | 18 621,84 | - | - | 44 168,69 | 20 304,85 | - | - | 64 473,54 | |
| Projectos desenvolvimento | 2 282,20 | - | - | - | 2 282,20 | - | - | - | 2 282,20 | |
| | 27 829,05 | 18 621,84 | - | - | 46 450,89 | 20 304,85 | - | - | 66 755,74 | |
| ATIVO LIQUIDO | 47 048,44 | | | | 44 293,35 | | | | 38 789,85 | |

No período de relato, a aquisição registada na rubrica Programas de computador refere-se a software para os Parques da Paz e Comandante António Feio. A transferência de ativos intangíveis em curso para ativos intangíveis é referente ao sistema de Gestão de Dícticos e ERP Primavera.

Em Ativos Intangíveis em Curso, o valor de 9 972,60€ é relativo a aquisição do sistema de faturação integrado – MSS, que permitirá agilizar as operações de emissão de faturas, fatura/recibo e notas de crédito, bem como o registo dos valores cobrados e a impressão ou envio por e-mail dos documentos emitidos em mobilidade.

Nota 7. Investimentos financeiros

Os outros investimentos financeiros são, ainda, compostos pelo Fundo de Compensação de Trabalho (FCT) no valor de 9 991,23€. O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais, o valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% de retribuição base e diuturnidades durante o período de execução do contrato, exceto nos períodos em que não ocorra contagem de antiguidade. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

A Lei nº 13/2023 suspendeu as contribuições para FCT.

Com a publicação do DL 115/2023, de 15ºDez, são alterados os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT). Em particular, no que diz respeito ao FCT, as alterações são profundas, destacando-se a cessação definitiva de algumas das obrigações dos empregadores, entre as quais a de efetuar entregas para aquele Fundo, a extinção das dívidas dos empregadores ao FCT e a alteração das finalidades para as quais este pode ser mobilizado. Na sequência destas alterações, o Fundo deixará de ser estruturado em torno de contas de registo individualizado por trabalhador, que se fundem numa única conta global por empregador.

Nota 8. Clientes

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2025, a rubrica de Clientes registava os saldos abaixo.

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Clientes conta corrente | 22 001,80 | 32 103,49 |
| Clientes entidades realcionadas | 780,00 | 360,00 |
| Clientes apoios de praia | 508,43 | 5 491,60 |
| | 23 290,23 | 37 955,09 |

A antiguidade dos saldos de Clientes, foi a seguinte:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|------------------------------|------------------|------------------|
| Clientes | | |
| Saldos não vencidos | 22 001,80 | 25 203,31 |
| Saldos vencidos (31-60 dias) | 1 288,43 | 12 751,78 |
| | 23 290,23 | 37 955,09 |

Nota 9. Locações

Para o período em relato apresenta-se, no quadro abaixo, a descrição e informação das acerca das locações.

| Banco | Nº Contrato | Objeto | Valor contratual | Valor em dívida | Corrente | Não Corrente | Valor líquido contabilístico |
|--------------------------|-------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------------------|
| Millennium BCP | 400128580 | Minibus | 67 750,00 | - | - | - | 11 314,25 |
| Banco Santander Totta | 244845 | Reboque | 47 647,26 | 30 813,39 | 6 554,68 | 24 258,71 | 15 882,41 |
| Caixa Geral de Depósitos | 147188 | Ligeiro elétrico | 30 991,46 | 16 624,95 | 6 192,46 | 10 432,49 | 10 976,13 |
| Caixa Geral de Depósitos | 100149059 | Minibus | 68 140,00 | 43 066,97 | 13 319,55 | 29 747,42 | 48 679,22 |
| | | | 214 528,72 | 90 505,31 | 26 066,69 | 64 438,62 | 86 852,01 |

Com o seguinte escalonamento de pagamentos:

| Nº Contrato | Corrente | Não Corrente | | | |
|-------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
| 244845 | 6 554,68 | 6 836,08 | 7 119,59 | 7 236,67 | 3 066,37 |
| 147188 | 6 192,46 | 6 469,98 | 3 962,51 | - | - |
| 100149059 | 13 319,55 | 13 891,93 | 15 855,49 | - | - |
| | 26 066,69 | 27 197,99 | 26 937,59 | 7 236,67 | 3 066,37 |

Nota 10. Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2025, as rubricas de Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, registava os seguintes saldos:

UM: Euros

| | 31.dez.2024 | | 31.dez.2025 | |
|---|-----------------|------------------|---------------|-----------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Imposto sobre rendimento pessoas coletivas | | | | |
| PEC (pagamentos especiais por conta) | 2 991,58 | - | - | - |
| Estimativa de imposto | - | 5 839,17 | - | 4 159,51 |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | - | 8 875,00 | - | 8 715,00 |
| Imposto sobre o rendimento profissionais | - | 350,00 | 322,00 | - |
| Imposto sobre prediais (IRS/IRC) | - | 4 630,88 | - | 3 345,31 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | - | 11 257,24 | - | 27 482,13 |
| Contribuição para a Segurança Social | - | 50 427,63 | - | 51 982,95 |
| TOTAL | 2 991,58 | 81 379,92 | 322,00 | 95 684,9 |

Em observação da legislação em vigor, informamos que a Empresa apresenta a sua situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária, assim como a situação contributiva perante a Segurança Social.

Nota 11. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na rubrica Outros Créditos a Receber foi o seguinte:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|--|-------------------|-------------------|
| Operações com o pessoal | 2 733,22 | 2 948,73 |
| Devedores por acréscimo de rendimentos | 169 207,39 | 182 846,92 |
| Outros Devedores | 100 927,32 | 118 241,54 |
| Fornecedores (saldos devedores) | 2 494,35 | 8 650,39 |
| Fornecedores de investimentos (saldos devedores) | 3 196,96 | - |
| | 278 559,24 | 312 687,58 |

Em operações com o pessoal está considerado o valor de seguro de saúde, pago antecipadamente pela empresa, relativo a cônjuges e filhos de trabalhadores.

A rubrica Devedores por Acréscimo de Proveitos inclui o acréscimo anual relativo à TRH dos apoios de praia não urbanos (135 7027,87€); o acréscimo de Contrapartida Financeira dos apoios de praia urbanos em dívida (33 144,05€) e o valor de acréscimo de coimas/autos de contraordenação, emitidos e notificados em 2025 que prevê receber em 2026 (14 000,00€).

Na rubrica Outros Devedores estão incluídos, maioritariamente, os valores em trânsito relativos a rendimentos obtidos das áreas de parquímetros, parques de estacionamento e fiscalização.

A rubrica outras Dívidas a Pagar tinha a seguinte decomposição:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Operações com o pessoal | 0,20 | 346,96 |
| Fornecedores de investimentos | 106 321,20 | 23 227,05 |
| Credores por acréscimos de gastos | 373 190,62 | 387 847,44 |
| Outros Credores | 8 315,35 | 14 133,72 |
| | 487 827,37 | 425 555,17 |

A rúbrica Credores por Acréscimos de Gastos, inclui o valor das estimativas de remunerações, referentes a férias e subsídio de férias (365 438,72€) e o acréscimo de gastos correntes (22 408,72€).

No valor indicado na rúbrica Outros Credores estão incluídos valores que se relacionam com a percentagem de autos de contraordenação a entidades externas (ANSR, AT, PSP e GNR) e subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos, no valor de 1 501,30€, relativos ao Fundo de Eficiência Energética e Fundo Ambiental.

Nota 12. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2025, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo apresentam-se como se segue:

| Diferimentos (Ativo) | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Seguros pagos antecipadamente | 10 011,56 | 13 362,83 |
| Rendas (imóveis) | 8 523,50 | 8 581,25 |
| Vigilância | 276,42 | - |
| Assistência técnica | 17 115,27 | 6 697,74 |
| Outros gastos a reconhecer | 3 732,21 | 5 270,53 |
| | 39 658,96 | 33 912,35 |

| Diferimentos (Passivo) | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|--------------------------|------------------|------------------|
| Rendimentos a reconhecer | 26157,18 | 28 085,03 |
| | 26 157,18 | 28 085,03 |

A rúbrica Gastos a Reconhecer inclui os valores de: seguros de acidentes de trabalho e de saúde; rendas das instalações sitas na Av. 25 de abril de 1974 e parque de VFV's referente ao mês de dezembro; serviços de vigilância; serviço de assistência técnica, manutenção e alojamento relativo à centralização software dos parques de estacionamento; gastos anuais com Certificação Digital dos agentes de fiscalização e outros.

A rúbrica Rendimentos a Reconhecer, inclui o valor pago pelos utentes dos parques de estacionamento relativo a avenças de meses posteriores ao ano de relato.

Nota 13. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2025, o capital da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, pela pessoa coletiva Câmara Municipal de Almada detentora de 100% do capital, no montante de 1 150 000,00€.

Os estatutos da WEMOB estabelecem na alínea a) do artigo 29º, que, no mínimo, 5% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação

da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital. Na alínea b), desse mesmo artigo, é referido que um mínimo de 5% do resultado anual é destinado à reserva para investimento.

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2025, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Capital realizado | 1 150 000,00 | 1 150 000,00 |
| Reservas Legais | 45 222,97 | 46 173,91 |
| Outras reservas | 5 407,20 | 5 457,25 |
| Resultados transitados | (1 731,76) | - |
| Outras variações no capital próprio | 8 907,85 | 5 246,09 |
| Resultado líquido do exercício | 2 732,75 | 977,29 |
| | 1 210 539,01 | 1 207 854,54 |

Ao abrigo do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira por parte da Câmara Municipal de Almada, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

O montante relativo ao Resultado líquido do exercício de 2024, foi reconhecido em sede de aplicação de resultados nas rubricas de Resultados Transitados, Reservas Legais e Outras Reservas.

Na rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio” estão incluídos valores que se relacionam com subsídios relativos ao Fundo de Eficiência Energética e Fundo Ambiental.

Nota 14. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2025, a rubrica de Fornecedores, registava os seguintes saldos:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|-------------------------------|------------------|-------------------|
| Fornecedores, Conta Corrente | | |
| Saldos não vencidos | 64 208,62 | 76 985,74 |
| Saldos vencidos (31-60 dias) | 5 912,51 | 25 685,54 |
| | 70 121,13 | 102 671,28 |

Nota 15. Financiamento obtidos

| | 31. dez. 2024 | | 31. dez. 2025 | |
|-----------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente |
| Empréstimos bancários | - | - | 65 964,51 | 124 179,03 |
| Outros - Locação | 90 501,54 | 24 982,43 | 64 438,62 | 26 066,69 |
| Total | 90 501,54 | 24 982,43 | 130 403,13 | 150 245,72 |

A empresa renovou a contratualização de contas caucionadas junto das instituições bancárias com quem opera por forma a fazer face a necessidades de tesouraria. No ano de relato a empresa utilizou o valor de 1 130 000€ das contas caucionadas. À data de encerramento do período findo a 31 de dezembro de 2025, o valor em dívida na rubrica empréstimos obtidos - contas caucionadas- situa-se nos 100 000€.

No período de relato, a empresa negociou financiamento/empréstimo na instituição bancária Millennium BCP, no valor de 100 000€, pelo prazo de 1461 dias, vencendo-se a última prestação em julho de 2029, destinado a financiar a aquisição de parquímetros a implantar em novas zonas mencionados no Regulamento de Estacionamento e outros investimentos realizados.

| Banco | Nº Contrato | Valor em dívida | Corrente | Não Corrente | Observações |
|--------------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| Santander | 318563526097 | 100 000,00 | 100 000,00 | 0,00 | Conta Cauionada |
| Millennium BCP | 414107561 | 90 143,54 | 24 179,03 | 65 964,51 | Empréstimo MLP |
| Banco Santander Totta | 244845 | 30 813,39 | 6 554,68 | 24 258,71 | Leasing |
| Caixa Geral de Depósitos | 147188 | 16 624,95 | 6 192,46 | 10 432,49 | Leasing |
| Caixa Geral de Depósitos | 100149059 | 43 066,97 | 13 319,55 | 29 747,42 | Leasing |
| | | 280 648,85 | 150 245,72 | 130 403,13 | |

Nota 16. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2025, é detalhado conforme se segue:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Venda de bens | 116 566,94 | 104 248,76 |
| Veículos em fim de vida | 116 566,94 | 104 248,76 |

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| Prestação de serviços | 3 529 670,53 | 3 906 895,44 |
| Via pública | 670 020,08 | 1 073 678,23 |
| Parques | 851 723,86 | 924 303,29 |
| Fiscalização | 1 599 970,08 | 1 499 756,28 |
| Gestão Litoral | 407 956,51 | 407 205,31 |
| Mobilidade | - | 1 952,33 |
| | 3 646 237,47 | 4 011 144,20 |

O decréscimo na rubrica 'Veículos em fim de vida' resulta, essencialmente, da queda do valor da tonelada do aço.

Nas rubricas 'Via Pública' e 'Parques', os valores apresentados registaram aumento devido à implementação do Regulamento de Estacionamento (RGEPCVP), alargamento de zonas de estacionamento tarifadas, introdução de dísticos para residentes e outros utilizadores e alteração de tarifários de zonas de parquímetros e tarifários de parques descobertos.

Na rubrica 'Fiscalização', a redução do valor do rédito face a período homologa, é consequência da conversão das zonas de residentes em zonas tarifadas mistas, no âmbito da implementação do Regulamento de Estacionamento, o que teve impacto na emissão do número de autos de contraordenação que eram emitidos em estacionamentos indevidos, nas zonas de residentes.

Nota 17. Subsídios

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:

| | Balança | | Demonstração de resultados | | | |
|--|-----------------|-----------------|----------------------------|-----------------|------------------------|-------------------|
| | Capital próprio | | * Imp. Subs. Investimentos | | Subsídios à exploração | |
| | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 |
| Subsídios relacionados com activos | 8 907,85 | 5 246,09 | 6 468,99 | 5 279,36 | - | - |
| Subs P/ Investimentos | 8 907,85 | 5 246,09 | 6 468,99 | 5 279,36 | | |
| Subsídios à exploração | - | - | - | - | 480 000,00 | 480 000,00 |
| Parques CMA | | | | | 126 000,00 | 125 000,00 |
| Parque Afonso Henriques | | | | | 14 000,00 | 20 000,00 |
| Parque da Paz | | | | | - | 40 000,00 |
| Flexibus | | | | | 110 000,00 | 120 000,00 |
| Fiscalização Disticos Residentes, Especiais e Verdes | | | | | 115 000,00 | - |
| Veiculos em Fim de Vida | | | | | 115 000,00 | 155 000,00 |
| Gestão e controlo de Pilaretes | | | | | | 20 000,00 |
| | 8 907,85 | 5 246,09 | 6 468,99 | 5 279,36 | 480 000,00 | 480 000,00 |

*** Imputação de subsídios para investimentos**

O subsídio à exploração trata-se de uma comparticipação financeira de natureza não reembolsável atribuída pela CMA, no âmbito de cobertura do défice de exploração de algumas das atividades da empresa.

Nota 18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2025, foi o seguinte:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|--|---------------------|---------------------|
| Serviços especializados | 544 315,85 | 601 789,22 |
| Trabalhos especializados | 240 613,04 | 264 419,34 |
| Publicidade e propaganda | 6 526,32 | 5 976,65 |
| Vigilância e segurança | 29 440,06 | 52 139,91 |
| Honorários | 33 640,00 | 15 400,00 |
| Conservação e reparação | 78 119,22 | 88 072,70 |
| Serviços bancários | 50 476,54 | 62 909,59 |
| Outros | 105 500,67 | 112 871,03 |
| Materiais | 51 192,42 | 48 591,13 |
| Ferramentas e utensilios | 13 918,82 | 12 878,32 |
| Livros e documentação técnica | 653,35 | 363,74 |
| Material de escritório | 31 777,95 | 32 298,99 |
| Artigos para oferta | 2 278,30 | 703,08 |
| Cartões parques | 2 564,00 | 2 347,00 |
| Energia e fluidos | 135 751,34 | 115 428,72 |
| Eletricidade | 93 856,07 | 75 141,19 |
| Combustíveis | 37 419,21 | 34 912,77 |
| Água | 4 476,06 | 5 374,76 |
| Deslocações, estadas e transporte de mercadorias | 1 724,49 | 2 240,40 |
| Serviços diversos | 483 298,56 | 478 351,48 |
| Rendas e alugueres | 180 304,09 | 165 786,29 |
| Comunicação | 224 654,94 | 235 252,51 |
| Seguros | 13 749,51 | 15 633,29 |
| Contencioso e notariado | 28 633,66 | 24 012,06 |
| Despesas de representação | 478,65 | 349,70 |
| Limpeza, higiene e conforto | 34 636,01 | 37 317,63 |
| Outros | 841,70 | - |
| | 1 216 282,66 | 1 246 400,95 |

Nas subcontas de Serviços Especializados: o aumento em trabalhos especializados deve-se à aquisição de serviços de manutenção de parquímetros, atualizações a preços de contratos de assistência técnica e a contratação de serviços de engenharia eletrotécnica; o acréscimo registado em vigilância e segurança é justificado pelo serviço de vigilância para o atendimento ao público (apenas 7 meses em 2024 e 12 meses em 2025) e aquisição de serviços de segurança contra incêndios; em conservação e reparação, o aumento deve-se, essencialmente, a reparações no pilarete localizado na R. Cândido dos Reis, em Cacilhas; serviços bancários, incluem as comissões cobradas pela Via Verde por utilização de mais equipamentos de parquímetros com este modo de pagamento; o aumento em outros refere-se ao valor de distribuição de coimas a entidades externas (ANSR,AT,PSP e GNR).

A diminuição registada na rubrica Energia e Flúidos, é referente ao facto de a empresa já não suportar os consumos pela utilização dos carregadores elétricos, nomeadamente, nos parques Conde ferreira, Bento Gonçalves e Laranjeiro.

Na rubrica de Serviços Diversos: o decréscimo em rendas e alugueres está relacionado com o fato de a empresa, no ano de relato, não ter contratualizado o aluguer de equipamentos (parquímetros) para a época sazonal, na Costa de Caparica; o aumento na rubrica de comunicações está relacionado por adição de serviços em pontos físicos (sincronização de novos parquímetros, parque Comandante António Feio); o aumento em serviços de limpeza é devido a atualização de preços e prestação de esses serviços nos parques de estacionamento e parques do Rei e Rainha.

Nota 19. Gastos com o Pessoal

A repartição dos Gastos com Pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, foi a seguinte:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| Remunerações Órgãos Sociais | 52 850,31 | 53 139,52 |
| Remunerações do pessoal | 2 087 670,05 | 2 277 540,15 |
| Encargos sobre Remunerações | 464 886,06 | 507 040,91 |
| Seguro Acidentes Trabalho | 22 395,00 | 40 332,93 |
| Outros gastos com Pessoal | 82 802,48 | 95 425,47 |
| | 2 710 603,90 | 2 973 478,98 |

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|--------------------------|---------------------|---------------------|
| Benefício de curto prazo | 2 669 295,58 | 2 926 603,15 |
| Outros benefícios | 41 308,32 | 46 875,83 |
| | 2 710 603,90 | 2 973 478,98 |

| | 2025 | 2025 |
|-------------------------------|------|------|
| Número médio de trabalhadores | 127 | 136 |

A valorização ocorrida dos Gastos com Pessoal resulta da atualização do salário mínimo, bem como na efetivação do modelo de progressão nas carreiras e avaliação de desempenho e os consequentes encargos (seguro acidentes de trabalho e segurança social) associados; contratação para o Departamento de Gestão de Litoral e pagamento de suplementos remuneratórios (isenção de horário e horas extra).

Na rubrica Outros Gastos com Pessoal incluem-se gastos com: seguro de vida e saúde (a favor dos trabalhadores e Órgão social remunerado), ação social (Jantar de Natal entre outros), fardamento, formação e serviços SHST.

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

A repartição das Remunerações dos Órgãos Sociais, foi a seguinte:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Conselho de Administração (*) | 52 850,31 | 53 139,52 |
| Fiscal Único (**) | 9 720,00 | 10 630,04 |
| | 62 570,31 | 63 769,56 |

(*) Valor relevado em Gastos com Pessoal. O Conselho de Administração é constituído por três elementos sendo, apenas, o Presidente remunerado.

(**) Valor relevado em Fornecimentos e Serviços Externos.

Nota 20. Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, teve a seguinte decomposição:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|---|------------------|------------------|
| Outros rendimentos e ganhos | | |
| Correções relativas a períodos anteriores | 6 039,57 | 9 891,99 |
| Imputação de subsídios p/ investimentos | 6 468,99 | 5 279,36 |
| Reembolso de sinistros e outros | 6 395,20 | 15 122,50 |
| Outros rendimentos e ganhos | 3 111,95 | 62 825,21 |
| | 22 015,71 | 93 119,06 |

Nesta rubrica, estão considerados: em correções de exercícios anteriores valores de ajuste de consumos do operador/fornecedor de energia elétrica (valores de consumo considerados a mais no ano transato) nos Parques Luisa Sigeia e Capitão Leitão; em imputação de subsídios ao investimento valores relacionados com o Fundo Ambiental e o Fundo de Eficiência Energética; os sinistros ocorridos nos parques Afonso Henriques, Paz e Rainha deram origem a reembolsos a favor da empresa e em outros, está incluído os dísticos emitidos no âmbito do Contrato-Programa do Parque Comandante António Feio.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a repartição dos Outros gastos e perdas, foi a seguinte:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|---|------------------|------------------|
| Impostos | 2 091,79 | 3 100,39 |
| Outros gastos e perdas | 11 478,38 | 85 055,53 |
| Gastos e perdas restantes invest. financeiros | 997,60 | - |
| Correções relativas a períodos anteriores | 3 363,19 | 11 728,53 |
| Em investimentos não financeiros | - | 7 964,55 |
| Donativos concedidos | 136,00 | - |
| Outros gastos e perdas | 6 981,59 | 65 362,45 |
| | 13 570,17 | 88 155,92 |
| Gastos e perdas de financiamento | 14 570,10 | 12 481,98 |

Na rubrica: em correções de exercícios anteriores estão considerados valores de ajuste de consumos do operador/fornecedor de energia elétrica (valores de consumo considerados a menos no ano transato) no Parque Luisa Sigeia; em investimentos não financeiros o valor apresentado refere-se ao desconhecimento de ativo intangível em curso não realizado; em outros gastos estão incluídos valores de: insuficiência de estimativa para imposto (484,13€), multas e outras penalidades (1 591,77€) e a emissão de dísticos emitidos no âmbito do Contrato-Programa do Parque Comandante António Feio (62 784€).

Nos juros suportados estão incluídos juros, comissões e imposto de selo de financiamento, relativo a utilização de conta corrente caucionada e leasings.

Nota 21. Imposto sobre o rendimento

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|---|------------------|-----------------|
| Imposto corrente | 5 389,17 | 4 159,51 |
| Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos | | |
| | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
| Resultados Antes de Impostos | 8 571,92 | 5 136,80 |
| Correções relativas a períodos de tributação anteriores | 3 391,23 | 10 509,63 |
| Multas, coimas, juros compensatórios | 591,49 | 10,77 |
| Outros acréscimos ao rendimento tributável | 5 694,58 | 4 101,00 |
| Outros decréscimos ao rendimento tributável | - | (9 891,99) |
| | 18 249,22 | 9 866,21 |
| Reporte de prejuízos fiscais | - | (7 399,66) |
| Artº 41-A EBF | (63 000,00) | - |
| Matéria Coletavel/ Prejuízo Fiscal | (44 750,78) | 2 466,55 |
| Impostos à taxa em vigor | - | 394,65 |
| Tributação Autónoma | 5 389,17 | 3 616,87 |
| Derrama | - | 147,99 |
| Outros | - | - |
| IRC estimado para o exercício | 5 389,17 | 4 159,51 |

Nota 22. Partes relacionadas

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que, normalmente, seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No período de 2025, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional.

As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração.

Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos parques de estacionamento e aquisição, por parte dos SMAS, de avenças de estacionamento nos parques de estacionamento sítios na Av. Bento Gonçalves e na Rua Capitão Leitão.

| Transações | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
|---|--------------------|--------------------|
| SMAS | | |
| . Abastecimento de Água | 4 319,36 | 4 467,86 |
| . Venda de avenças parques estacionamento BG e CL | 4 048,78 | 3 512,20 |
| Câmara Municipal de Almada | | |
| . Subsídios à Exploração | 480 000,00 | 480 000,00 |
| . Aferição metrológica parquímetros | 4 507,74 | 2 865,32 |
| . Inspeção de elevadores parques estacionamento | 631,40 | - |
| Saldos | 31.dez.2024 | 31.dez.2025 |
| SMAS | | |
| . Abastecimento de Água | 271,10 | 307,15 |
| . Venda de avenças parques estacionamento BG e CL | 780,00 | 360,00 |

Nota 23. Acontecimentos após a data do balanço

De acordo com o Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública (RGEPCVP), está previsto a atualização dos tarifários dos parquímetros e dos parques de estacionamento à superfície e a preparação da sua última fase de expansão.

Além do mencionado anteriormente, na presente data, o Conselho de Administração não tem conhecimento se quaisquer fatos ou acontecimentos, posteriores a 31 de dezembro de 2025, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

Nota 24. Proposta de aplicação de resultados

De acordo com o disposto na alínea f) do nº 5 do artº 66 do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em consideração os demais preceitos legais, bem como os objetivos apresentados neste relatório, propõe-se que o Resultado Líquido Positivo, do período de 2025, no montante de 977,29€, seja transferido para Reservas Legais (928,43€) e para Outras reservas (48,86€).

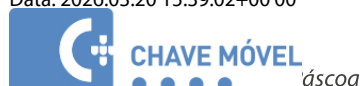
Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de administração em 20 de março de 2026, sendo posteriormente remetidas para o Município de Almada para aprovação.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Assinado por: **Ana Cristina Domingos dos Santos Páscoa**
 Num. de Identificação: 10525293
 Data: 2026.03.20 15:39:02+00'00'



Assinado por: **Diogo Carrasqueiras Pereira**
 Num. de Identificação: 13200203
 Data: 2026.03.20 22:46:08+00'00'



Assinado por: **Margarida Maria Matos Coelho**
 Num. de Identificação: 08452034
 Data: 2026.03.20 22:04:37+00'00'

Filipe Pacheco
 |Vogal|

Margarida Coelho
 |Vogal|

Assinado por: **FILIFE ALEXANDRE PARDAL PACHECO**
 Data: 2026.03.21 12:38:54 +0000



RELATÓRIO & CONTAS 2025

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E
PARECER DO FISCAL ÚNICO**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Wemob – E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 2.140.500 euros e um total de capital próprio, de 1.207.855 euros, incluindo um resultado líquido, de 977 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no ponto 1 da secção “Base para a opinião com reserva” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Wemob – E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Base para a opinião com reserva

1. A rubrica Ativos fixos tangíveis engloba o montante de 677.148 euros, referente às obras de acesso e de ordenamento dos parques de estacionamento das praias que permanecem em curso desde 2019. Com referência a 31 de dezembro de 2025 não nos foi possível concluir quanto à conclusão da obra nem quanto à existência de imparidades situação que consiste numa limitação à profundidade e alcance do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outras matérias

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para efeitos comparativos, foram objeto da análise por um outro Revisor Oficial de Contas, que emitiu uma opinião com reservas cuja situação referida na reserva não se verifica no exercício de 2025.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

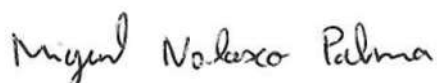


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) das matéria referida na secção “Base para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Miraflores, 20 de março de 2026



DFK & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
(SROC n.º 149, registada na CMVM com o n.º 20161460)
representada por Miguel Nolasco Palma
(ROC n.º 1798 registado na CMVM com o n.º 20161639)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2025, a atividade da **Wemob – E.M., S.A.**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

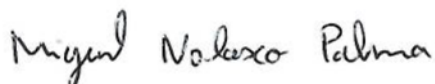
O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio, o anexo às demonstrações financeiras e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Miraflores, 20 de março de 2026



DFK & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
(SROC n.º 149, registada na CMVM com o n.º 20161460)
representada por Miguel Nolasco Palma
(ROC n.º 1798 registado na CMVM com o n.º 20161639)